



ATA N.º 58/XI-4º/2016-17

1 – Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezassete, pelas 21H00, no Salão do Clube Recreativo “Os Estrelas”, sito na rua do Bairro da Figueira, na Caparica, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de junho, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal.
 - 3.2 - Apreciação dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada e votação do Projeto de Deliberação.
 - 3.3 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:
 - 3.3.1 - “Alteração da Delimitação da Operação de Reabilitação Urbana Simples de Cacilhas”.
 - 3.3.2 - “Operação de Reabilitação Urbana Simples de Sobreda”.
 - 3.3.3 - “Relatório de Monitorização da ARU de Almada”.
 - 3.3.4 - “Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria”.
 - 3.3.5 - “Relatório de Monitorização da ARU da Cova da Piedade”.
 - 3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Alteração Parcial ao Plano Diretor Municipal de Almada no âmbito da Regularização do Ecocentro da AMARSUL”.
 - 3.5 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:
 - 3.5.1 - “Procedimento Concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 1º grau. – Diretor Centro Arte Contemporânea”.
 - 3.5.2 – “Procedimento Concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 1º grau. – Departamento de Ação Desportiva.
 - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Projeto Revisão do Regulamento de Taxas do Município de Almada”.
 - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Projeto de Regulamento Municipal de Utilização e Funcionamento das Instalações Desportivas do Concelho de Almada”.
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Ajuste Direto de Fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão Normal (BTN), Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT)”
 - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Relatório e Contas 2016 da Costapolis, SA, em Liquidação, Relatório e Contas 2016 e Relatório do Governo Societário 2016”.
 - 3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre as “Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016”.



3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Projeto de Regulamento de utilização, funcionamento e segurança do Estádio Municipal “José Martins Vieira””.

3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Parecer ao Programa da Orla Costeira Alcobaça – Espichel (POC-ACE)”.

2 – Instalada a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Sr. Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência nos dias 29 e 30 de junho de 2017, (Ent. 8433/XI-4º), (**Conforme Anexo I**).
- A Sr.^a Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência nos dias 29 e 30 de junho de 2017, (Ent. 8455/XI-4º), (**Conforme Anexo II**).
- O Sr. Deputado Municipal Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência nos dias 29 e 30 de junho de 2017, (Ent. 8456/XI-4º), (**Conforme Anexo III**).
- O Sr. Deputado Municipal Pedro Manuel Nunes de Oliveira, com ausência nos dias 29 e 30 de junho de 2017, (Ent. nº 8347/XI-4º), (**Conforme Anexo IV**).

4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Sr. António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 29 e 30 de junho de 2017, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo V**).
- O Candidato Sr.^a Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de junho de 2017, da eleita Sr.^a Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VI**).



- O Candidato Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de junho, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VII**).
 - A Candidata Sr.^a Joana Rodrigues Mortágua, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 29 e 30 de junho de 2017, do eleito Sr. Pedro Manuel Nunes de Oliveira e por impedimento da cidadã Sr.^a Fátima Maria da Silva Nogueira Marras, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII e IX**).
- 4.3** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e da União da Junta das Freguesias de Caparica e Trafaria, da União da Junta das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 18º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e devido a justo impedimento dos Presidentes do respetivo Órgão Autárquico, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr.^a Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett, pelo eleito na União da Junta das Freguesias de Caparica e Trafaria, Sr. Vítor Manuel das Neves Lopes e pelo eleito na União da Junta das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda Sr. Rui Jorge Fernandes dos Santos, (**Conforme Anexos X, XI e XII**).
- 4.4** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta dos Srs. Deputados Municipais Manuel Domingos Rodrigues Batista (PS) e Fernando Manuel Folgado dos Santos (PAN).
- 4.5** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 7932/XI-4º ao 8412/XI-4º do Expediente Enviado do nº 5170/XI-4º ao nº 5474/XI-4º, da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais – Súmula Nº 20/XI-4º/2016-17, das Atas Nºs 54/XI-4º/2016-17, 55/XI-4º/2016-17 56/XI-4º/2016-17 e 57/XI-4º/2016-17 e das Minutas das Atas Nºs 54/XI-4º/2016-17, 55/XI-4º/2016-17 e 56/XI-4º/2016-17 e da Informação Nº 19/16-17 da Atividade dos Membros da Mesa.
- 4.6** - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas N.ºs 54/XI-4º/2016-17, 55/XI-4º/2016-17 56/XI-4º/2016-17 e 57/XI-4º/2016-17 e das Minutas das Atas N.ºs 54/XI-4º/2016-17, 55/XI-4º/2016-17 e 56/XI-4º/2016-17, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade, nos termos do nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.
- 5** - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:
- 5.1** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).
- 5.1.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 7 de abril de 2015, foi registado com a Entrada nº 3393/XI-2º e designado de nº 7/CDS-PP/XI-2º.
- 5.1.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de abril de 2015, através do ofício nº 2325/XI-2ª e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2324/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.



- 5.2** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Condições de Segurança da Escola Básica e Secundária Anselmo de Andrade” em Almada.
- 5.2.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2015, foi registado com a Entrada nº 4676/XI-2º e designado de nº 11/CDS-PP/XI-2º.
- 5.2.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de outubro de 2015, através do ofício nº 3075/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3074/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.3** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Iluminação Terminal de Cacilhas”.
- 5.3.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 24 de maio de 2016, foi registado com a Entrada nº 6120/XI-3º e designado de nº 17/CDS-PP/XI-3º.
- 5.3.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de maio de 2016, através do ofício nº 3969/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3968/XI-3.
- 5.4** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Manutenção do espaço Público”.
- 5.4.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 13 de julho de 2016, foi registado com a Entrada nº 6484/XI-3º e designado de nº 19/CDS-PP/XI-3º.
- 5.4.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de julho de 2016, através do ofício nº 4211/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4210/XI-3º.
- 5.5** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Requalificação e segurança de pessoas e bens no Ginjal e Olho-de-Boi”.
- 5.5.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 6 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6664/XI-3º e designado de nº 20/CDS-PP/XI-3º.
- 5.5.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 13 de setembro de 2016, através do ofício nº 4347/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4346/XI-3º.
- 5.6** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Degradação do Parque Habitacional no Concelho de Almada”.
- 5.6.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 7 de novembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 7061/XI-4º e designado de nº 22/CDS-PP/XI-4º.
- 5.6.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em de 2016, através do ofício nº 4602/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4601/XI-4º.
- 5.7** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Obras no Pavilhão Gimnodesportivo da Costa da Caparica”.
- 5.7.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 11 de novembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 7091/XI-4º e designado de nº 23/CDS-PP/XI-4º.
- 5.7.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em de 2016, através do ofício nº 4614/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4613/XI-4º.



- 5.8** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “rua Bernardo Francisco da Costa”.
- 5.8.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6833/XI-3º e designado de nº 5/PS/XI-3º.
- 5.8.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4670/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4669/XI-4º.
- 5.9** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Trânsito e estacionamento no Eixo Central de Almada”.
- 5.9.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6834/XI-3º e designado de nº 6/PS/XI-3º.
- 5.9.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4672/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4671/XI-4º.
- 5.10** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Fiscalização de trânsito na rua Jerónimo Osório”.
- 5.10.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6835/XI-3º e designado de nº 7/PS/XI-3º.
- 5.10.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4674/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4673/XI-4º.
- 5.11** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Atuação de Funcionários da ECALMA”.
- 5.11.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6836/XI-3º e designado de nº 8/PS/XI-3º.
- 5.11.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4676/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4675/XI-4º.
- 5.12** – Pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Matias, solicitando informações sobre “Identificação do património imobiliário, urbano e rústico”.
- 5.12.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 29 de novembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 7190/XI-4º e designado de nº 9/PS/XI-4º.
- 5.12.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 7 de dezembro de 2016, através do ofício nº 4708/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4707/XI-4º.
- 5.12.3** – A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 97/GP, de 10 de abril de 2017, sendo-lhe atribuído o nº 8014/XI-4º.
- 5.12.4** – A resposta foi remetida ao Eleito requerente através do ofício nº 5230/XI-4º, no dia 12 de abril de 2017.
- 5.13** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas”.



- 5.13.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 4 de janeiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7452/XI-4º e designado de nº 24/CDS-PP/XI-4º.
- 5.13.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 5 de janeiro de 2017, através do ofício nº 4810/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4809/XI-4º.
- 5.14** – Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre “Falha de transporte garantido aos alunos de Costas de Cão”.
- 5.14.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 24 de janeiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7521/XI-4º e designado de nº 8/BE/XI-4º.
- 5.14.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 30 de janeiro de 2017, através do ofício nº 4847/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4846/XI-4º.
- 5.15** - Pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, solicitando informações sobre “Festival Sol da Caparica”.
- 5.15.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 14 de fevereiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7601/XI-4º e designado de nº 3/PSD/XI-4º.
- 5.15.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de fevereiro de 2017, através do ofício nº 4917/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4916/XI-4º.
- 5.15.3** – A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 104/GP, de 12 de abril de 2017, sendo-lhe atribuído o nº 8051/XI-4º.
- 5.15.4** – A resposta foi remetida ao Eleito requerente através do ofício nº 5234/XI-4º, no dia 13 de abril de 2017.
- 5.16** – Pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, solicitando informações sobre “Transações de património municipal”.
- 5.16.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 14 de fevereiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7600/XI-4º e designado de nº 4/PSD/XI-4º.
- 5.16.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de fevereiro de 2017, através do ofício nº 4919/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4918/XI-4º.
- 5.17** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Aluimento de terras na rua Conceição Sameiro Antunes – Cova da Piedade”.
- 5.17.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 01 de março de 2017, foi registado com a Entrada nº 7712/XI-4º e designado de nº 25/CDS-PP/XI-4º.
- 5.17.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 2 de março de 2017, através do ofício nº 5018/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 5017/XI-4º.
- 5.18** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Pintura nas paredes do Concelho”
- 5.18.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 1 de março de 2017, foi registado com a Entrada nº 7713/XI-4º e designado de nº 26/CDS-PP/XI-4º.



- 5.18.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 2 de março de 2017, através do ofício nº 5020/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 5019/XI-4º.
- 5.18.3** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 98/GP, de 10 de abril de 2017, sendo-lhe atribuído o nº 8024/XI-4º.
- 5.18.4** – A resposta foi remetida ao Eleito requerente através do ofício nº 5231/XI-4º, no dia 12 de abril de 2017.
- 5.19** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Degradação das Habitações Sociais no Laranjeiro”.
- 5.19.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 2 de março de 2017, foi registado com a Entrada nº 7717/XI-4º e designado de nº 27/CDS-PP/XI-4º.
- 5.19.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 7 de março de 2017, através do ofício nº 5034/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 5033/XI-4º.
- 5.19.3** – A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 105/GP, de 12 de abril de 2017, sendo-lhe atribuído o nº 8052/XI-4º.
- 5.19.4** – A resposta foi remetida ao Eleito requerente através do ofício nº 5235/XI-4º, no dia 12 de abril de 2017.
- 5.20** – Pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Matias, solicitando informações sobre “AUGI”.
- 5.20.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 17 de março de 2017, foi registado com a Entrada nº 7824/XI-4º e designado de nº 10/PS/XI-4º.
- 5.20.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 21 de março de 2017, através do ofício nº 5105/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 5104/XI-4º.
- 5.20.3** – A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 106/GP, de 12 de abril de 2017, sendo-lhe atribuído o nº 8053/XI-4º.
- 5.20.4** – A resposta foi remetida ao Eleito requerente através do ofício nº 5236/XI-4º, no dia 13 de abril de 2017.
- 5.21** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “200 avenças no Parque de Estacionamento da Praça da Liberdade”.
- 5.21.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 24 de maio de 2017, foi registado com a Entrada nº 8275/XI-4º e designado de nº 28/CDS-PP/XI-4º.
- 5.21.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 24 de maio de 2017, através do ofício nº 5393/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 5392/XI-4º.
- 6** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.
- 6.1** – Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Alexandra Gonzale Leal – Presidente e Coordenadora da Associação Cova do Mar, residente na Trafaria.
- 6.1.1** – A Exm.^a Senhora Alexandra Gonzale Leal:
“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



O meu nome é Alexandra, sou Presidente e Coordenadora da Associação Cova do Mar, que tem sede na Cova do Vapor e que atuamos na Freguesia da Trafaria.

Recentemente entrámos em dezembro de 2016 no Bairro do 2º Torrão, onde montámos o nosso projeto humanitário para as crianças, a “Fábrica dos Sonhos”.

O que me traz aqui é a entrega de uma petição pública com setecentas assinaturas que defende dois pontos. Um – os direitos humanos do Bairro do 2º Torrão; Dois – o pedido de ajuda financeira para continuarmos com a “Fábrica dos Sonhos” aberta.

O artigo 65º da Constituição da República Portuguesa diz o seguinte: “todos têm direito para si e para a sua família a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

O Bairro do 2º Torrão tem mais de trinta anos, 1500 pessoas vivem sem luz, nem água legalizada. Temos mais de 200 crianças a viverem em barracas, algumas sem cama, a dormirem no chão, em colchões com baratas, com ratazanas, com ninhos de carraças e ninhos de pulgas em casa. Temos crianças que vão à “Fábrica dos Sonhos” onde têm o corpo todo mordido quando acordam de manhã, ou que inclusive adormeceram nas aulas, porque passaram a noite acordadas a defenderem-se dos ratos.

A “Fábrica dos Sonhos” existe há mais de seis meses, não temos qualquer apoio da Câmara Municipal de Almada para continuar aberto todos os dias. Damos apoio ao estudo, damos apoio à brincadeira, a missão da Cova do Mar é que nenhuma criança tenha que pagar para brincar, é um direito delas de nascença.

Recentemente na nossa luta pelos direitos humanos, fizemos e abrimos uma denúncia oficial à Amnistia Internacional de Portugal, a invocar exatamente num relatório interno todas as condições e violações dos direitos humanos que existem naquele bairro.”

6.2 – Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Carla Ruço Mendes, residente na Caparica.

6.2.1 – A Exm.^a Senhora Carla Ruço Mendes:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu já tinha estado cá uma vez a pedir ajuda ao Sr. Presidente, foi por causa de uma ordem de despejo que fica no Monte de Caparica, onde consegui pôr mais um recurso e fiquei lá mais um mês.

Entretanto, pus o recurso, mas eu não tinha advogado, o juiz não considerou o meu caso, o caso foi abaixo outra vez. Veio outra vez a ordem de despejo.

Eu tenho até dia 6 para sair de casa, tenho três bebés pequeninos, uma de sete, uma de três e um de cinco meses. É dia 6 que tenho que sair de casa e eu peço por favor que me ajude, porque eu tenho necessidade e não sei para onde ir com três crianças. Eu não queria estar a levar pelo menos a mais velhinha que já se apercebe muito bem das coisas para o meio da rua.”

6.3 – Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Nitakumari Ranjitsinh, residente na Costa Caparica.

6.3.1 – A Exm.^a Senhora Nitaumari Ranjitsinh

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Eu vivo na Costa da Caparica, sou comerciante há bastantes anos e venho aqui por um motivo. Existe no Largo Vasco da Gama uma chamada Feira do Livro, no qual o proprietário da referida Feira aluga parte do espaço a um individuo, no qual ele vende lá artigos de praia.

Eu estou aqui porque também estou ali o ano todo à espera da época sazonal para trabalhar, tenho as minhas despesas, tenho as minhas contribuições, tenho funcionários a trabalhar para mim, e eu queria saber o que é que se passa. Porque isto já não é a primeira vez, isto já vai de três a quatro anos para cá e eu agradecia que vissem o que é que se passa. Porque eu já falei uma vez com a Câmara também, mas não me deram resposta nenhuma, numa reunião de Câmara.

É por isso que eu estou aqui, sinto-me lesada por isso e agradeço uma resposta, por favor.”

6.4 – Usou da palavra o Município Exm.º Senhor Roberto Carvalho, residente em Almada.

6.4.1 – O Exm.º Senhor Roberto Carvalho:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O meu nome é Roberto Carvalho, e o assunto que me traz aqui hoje prende-se um bocado na relação que tenho com a Câmara, porque por motivos profissionais e julgo que seja um colaborador da Câmara e que nos deparamos com algumas situações um bocado complicadas. Eu não sei se estarei no sítio certo para as apresentar, mas eu julgo que sim. Tem a ver um pouco com a interpretação da lei das comunicações prévias que prevalece. Portanto, não há uma aprovação, mas ainda assim insistem em analisar processos e fazerem a leitura sobre os processos, porque leitura por leitura julgo que a do técnico autor devia prevalecer. Tem a ver também com os direitos à informação. Está tudo a demorar muito tempo na Câmara. Apesar de eu dizer também que é das Câmaras que melhor funciona, mas ainda assim o que eu quero alertar é para que ela funcione melhor, para que seja mais eficaz.

Existe neste momento uma grande afluência de investidores na Câmara que querem investir no património do Concelho e depois deparamo-nos com direitos à informação com três esses. Em carácter de urgência, solicitamos para falar com a pessoa hierárquica mais acima e demora tanto tempo que quando chega a altura já não é preciso, porque a pessoa já desistiu do investimento, já se foi embora investir para outro lado. E são situações por vezes complicadas, como é este caso que é o cartão de visita de quem chega de barco ao Concelho depara-se com um panorama de uma imagem um bocado desagradável e estou a falar de um edifício que há vinte anos ainda como desenhador fiz o levantamento e vinte anos depois está exatamente na mesma. Quer dizer, na mesma, não, porque agora está degradado e qualquer dia cai e mata alguém.

Mas o que eu queria alertar e porque eu sei qual é a resposta que vai receber nesse direito à informação. Vai ser que a Lei, o Plano de Pormenor, o PDM, e eu concordo que tenha que ser seguido, no entanto julgo que situações como aconteceu na Romeira com usos provisórios seriam situações inteligentes, porque a intransigência vai levar a que aquilo esteja mais uma década abandonado.

Foi principalmente este caso que me levou a vir aqui, entre outras coisas, mas não vale a pena estar a perder muito mais tempo.”

6.5 – Usou da palavra a Município Exm.ª Senhora Paula Cristina Amaro Rosa, residente na Sobreda.



6.5.1 – A Exm.^a Senhora Paula Cristina Amaro Rosa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu não estou habituada a falar aqui, é a primeira vez que venho a uma coisa destas. Também eu venho falar da sobrevivência que é o que estamos todos aqui a falar, só que eu venho falar da sobrevivência dos menores, dos filhos dos deuses menores que têm quatro patas.

Há um ano precisamente esta mesma Assembleia fez uma recomendação para alterar uma lei da Câmara Municipal para parar com as multas às pessoas que alimentam animais abandonados em relação ao lixo. Dizia o seguinte, recomendavam a Câmara Municipal de Almada à revisão do Regulamento através do aditamento do seguinte artigo: “Limpeza pública: 1 – Estão proibidos quaisquer atos que prejudiquem a limpeza dos espaços públicas ou que provoquem impactos negativos do ambiente. 2 – Para os efeitos do número anterior não se incluem os atos de alimentação de animais nas vias ou outros espaços públicos desde que sejam asseguradas as condições de limpeza do local, e não sejam deixados detritos na via pública.” Ora, passou um ano e isto ainda não foi legislado, continuam a serem multadas pessoas, hoje em dia por alimentarem animais e agora como podem ver estamos numa sala, estamos aqui cheios de calor, toda a gente tem uma garrafa de água à frente e os nossos animais que não têm donos, mas que têm cuidadores todos os dias os sítios que nós deixamos que são aqueles garrafões de 5 litros cortados que deixamos com água, mas não estão com verdete, aquilo é limpo todos os dias, as pessoas retiram-nos, os próprios trabalhadores da Câmara retiram-nos e eu acho isso tremendamente injusto e desumano. E era isto basicamente que eu vinha pedir, que resolvam a situação, porque já tem um ano e continua na mesma. E sobre isto eu já acabei.

E já agora que estou aqui, eu tinha feito um pedido à Câmara Municipal de Almada para pôr uma pequena biblioteca livre no Parque do Bom Retiro, na Sobreda de Caparica, que foi aprovado pela Câmara, mas está parado porque não temos a Junta de Freguesia da Sobreda e Charneca e ficou de arranjar um armário com uma porta onde se pudesse pôr os livros, que pudesse ser adaptado, mas não tem aparecido nenhuma, por isso o meu pedido era, se entre as coisas da Câmara se há algum armário com uma porta pequena que possa fazer da pequena biblioteca livre para que toda a gente possa ter acesso aos livros infantis da “biblioteca da Mãe Galinha” que queremos pôr no Parque do Bom Retiro, para que todas as crianças tenham acesso aos livros, porque as pessoas não têm dinheiro para ir necessariamente às bibliotecas, e como vão passear ao Parque tinham ali uma forma de ter acesso a uns livros gratuitos, iguais a uma biblioteca que se põe e tira e que estava ao alcance de toda a gente e só não avançou ainda porque não temos o tal armário, a tal caixa para os poder pôr. Por isso se puder enviar uma para a Junta da Sobreda eu agradecia.”

6.6 – Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Maria Osvalda Anez Gonçalves, residente na Caparica.

6.6.1 – A Exm.^a Senhora Maria Osvalda Anez Gonçalves:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Também é acerca de animais. Eu alimento uma colónia há quase quinze anos e constantemente ainda há pessoas que implicam e eu sinto-me muitas vezes como se fosse uma criminosa, como se estivesse



a fazer um grande ato criminoso, quando o espaço da minha colónia está muito mais limpo do que todo o espaço em redor.

Os gatos que eu tenho na minha colónia são todos esterilizados e castrados, alguns através da Câmara, outros do meu bolso também vão ao veterinário aquele que consigo. Porque já se sabe o que é uma colónia de gatos.

Portanto, eu venho aqui basicamente por isto. Sei que em 2016 esta Assembleia disse (não sei quais são os termos técnicos) recordou à Câmara para que o Edital que proíbe a alimentação dos animais de rua fosse revogado, e até hoje ainda não houve nada nesse sentido, e eu com outras minhas colegas, senhores e senhoras, sinto-me uma criminosa.”

6.7 – Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Maria da Glória Pedroso, residente na Trafaria.

6.7.1 – A Exm.^a Senhora Maria da Glória Pedroso:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, mais uma vez estou aqui presente nesta Assembleia para o informar do seguinte, recebi ontem na minha residência um ofício que tem o nº 3445/17, processo 90/54 sobre o imóvel onde eu habito, que data de 1955.

Sr. Presidente eu li isto atentamente, aliás já li várias vezes para perceber realmente o conteúdo que se está aqui a falar e o que eu peço Sr. Presidente, e deixo aqui o meu pedido, o que é que eu faço a partir deste momento para a frente? Sei que os donos não aparecem, não estão presentes em nada e eu realmente estou numa situação muito embaraçosa.

Aqui deixo o meu pedido que me ajude e me dê diretrizes para eu saber o que é que hei de fazer futuramente. Porque é um caso que me está a preocupar bastante sobre o conteúdo de tudo o que está aqui. Portanto, eu não tenho soluções, não sei o que hei de fazer. Daqui eu peço a minha ajuda.

Não o vou maçar mais Sr. Presidente, depois fará o favor de ter acesso a tudo isto que estou a dizer.

Outra coisa que eu neste momento também queria transmitir aqui nesta Assembleia é o seguinte, a Ciclovia da Trafaria, não sei se o Sr. Presidente tem conhecimento, se costuma passar por lá, ou a pé ou de bicicleta, está perfeitamente deteriorada. Aliás, está um caos. Já não se vê o piso, está a precisar, na minha opinião que eu costumo andar ali de bicicleta e acho que na Trafaria neste momento somos visitados por muitas pessoas que gostam de fazer a prática da bicicleta e está realmente imprópria para ser utilizada. É este pedido que também quero deixar aqui, porque o Verão é curto, mas nós gostamos de andar de bicicleta e realmente não está própria para se circular.

Já agora Sr. Presidente, eu sei que este Mandato está a terminar, em outubro teremos eleições, eu estou muito triste com a Junta de Freguesia na Trafaria, porque tem instalações, mas não temos atendimento dos Srs. Autarcas à população, principalmente as pessoas idosas, a ação social não existe, não há ninguém que atenda, ninguém na Trafaria. Deixo aqui o meu alerta, futuramente não sei quem irá governar, quem estará lá, mas que as condições melhorem para bem de todos nós.

Bem hajam a todos e um bom trabalho.”



6.8 – Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Maria Evangelina Matos Pereira, residente na Caparica.

6.8.1 – A Exm.^a Senhora Maria Evangelina Matos Pereira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu não queria deixar terminar o Mandato sem agradecer à Câmara, na pessoa do Sr. Presidente, e a todo o seu Executivo o esforço que tem sido feito durante todo o Mandato, nas condições difíceis em que decorreu este Mandato, com a crise pelo meio, com todas as restrições, com a falta de cumprimento pela parte do Poder Central da Lei das Finanças Locais e que mesmo assim conseguiram dar resposta, digamos, às necessidades básicas da população.

É óbvio que queremos sempre mais, mas também temos de ter a noção que muitas das situações não estão na esfera de competências da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia.

Não venho pedir nada, venho agradecer o esforço, e porque estamos no final do mandato, agradecer o esforço que reconhecidamente foi feito por este conjunto de homens e mulheres, no sentido de melhorar a vida dos almadenses.

Já agora não podia deixar também de referir que concretamente na União de Freguesias onde resido que é a União das Freguesias de Caparica e Trafaria, também se notou um grande esforço e que é difícil com os meios existentes, muitas vezes se calhar responder às solicitações todas em tempo oportuno, mas creio que foi feito um grande esforço nesse sentido.

E daqui também queria agradecer aos autarcas do Executivo da Junta de Freguesia esse mesmo esforço.

Bem haja a todos.”

6.9 – Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Rosa Cremilde Rodrigues Cordeiro, residente na Caparica.

6.9.1 – A Exm.^a Senhora Rosa Cremilde Rodrigues Cordeiro:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui expor uma situação que a mim, fico indignada da forma como o assunto está a ser tratado.

A minha filha foi-lhe diagnosticado um neuroblastoma em fase 4, com catorze meses, no qual eu solicitei à Câmara Municipal de Almada uma habitação, no qual tem relatórios médicos que dizem que a minha filha necessita de um espaço só para ela. Vivem sete pessoas na casa da minha mãe. Isto aos catorze meses de vida da minha filha. A minha filha está com seis anos, continuo à espera de uma resposta. O que a Câmara me responde é que as divisões da minha mãe são corretas, que eu menti. Até hoje ainda estou à espera que me digam onde é que eu menti. E voltei a reforçar pedidos, no qual me é dito que sim senhora, eu tenho direito a uma habitação derivado à situação da minha filha, mas só como a minha irmã não paga rendas que habita também em casas camarárias, vejo que parece um castigo perante a minha pessoa.



A dia sete de abril de 2017 dirigi-me às Divisões de Habitação, no qual solicitei uma reunião com o Sr. Vereador da Habitação, no qual me diz que tenho que aguardar, mas ainda estou à espera da tal reunião que me consiga resolver a situação. São vários os pedidos que eu tenho feito à Câmara, todos eles têm lá o processo e no qual a resposta é sempre a mesma. Sim senhora, o assunto é prioritário, mas até agora ainda continuo à espera.

É prioritário há um ano, como é prioritário há cinco quando foi diagnosticada a doença da minha filha.”

6.10 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.10.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Começo por fazer uma saudação aos “Estrelas da Fonte Santa”, aos seus órgãos diretivos pela disponibilidade manifestada por esta coletividade, cuja atividade a todos nos enobrece e que é da maior importância para o nosso município.

Agradecer as questões colocadas pelas Senhoras e Senhores Munícipes, cuja pertinência naturalmente é um facto, mas em relação à Dona Alexandra Leal e à Associação Cova do Mar, mais uma iniciativa importante em relação ao Bairro do 2º Torrão, uma recente iniciativa que acompanham outras que já há algum tempo têm vindo a trabalhar. Tudo o que venha para ajudar aquele Bairro e ajudar a resolver os problemas naquele bairro serão naturalmente bem vindos, e portanto quer a denúncia feita à Amnistia Internacional, quer todas as questões que possam sensibilizar a opinião pública, o Governo para que aquele problema seja resolvido, terá sempre ao seu lado a Câmara Municipal, assim como outras entidades. Portanto, continuaremos juntos nesta iniciativa para que o problema do 2º Torrão seja efetivamente resolvido, para bem da população do 2º Torrão. É o que estamos a fazer com o processo de eletrificação, com o apoio à Comissão de Moradores, enfim com um conjunto vasto de iniciativas que de algum tempo a esta parte temos vindo a ter em relação ao Bairro. Bem vindos também a este processo e com certeza que juntos continuaremos a fazer mais e melhor neste trabalho.

As relações com a nossa divisão em relação a eventuais processos de parceria, enfim terão que ser vistos naquele contexto e avaliados nesse contexto, com certeza havendo trabalho, e há com certeza, haver os apoios para que eles se realizem.

Dona Carla Mendes, em relação à questão da ordem de despejo. Há uma decisão do Tribunal, mas o direito à habitação é um facto e existe um Programa, o Programa de Emergência Social ao qual pessoas que têm uma situação como a sua recorreram e pode-se dirigir também à Divisão de Intervenção Social da Câmara que a encaminhará para a instituição a quem cabe aplicar o Programa de Intervenção Social na sua área. Esse Programa de Intervenção Social aplica-se na medida em que os Serviços de Segurança Social não cumprem o seu papel, porque a questão da habitação desse ponto de vista tal como da Sr.^a que falou por último, a Dona Rosa, é um problema dos Serviços da Segurança Social. As Câmaras Municipais nunca assumiram responsabilidades no que diz respeito ao realojamento social a não ser por livre e espontânea vontade. Não têm nenhuma obrigação específica a



não ser a obrigação moral nessa matéria. E a Câmara Municipal de Almada tem assumido de há muitos anos a esta parte a sua responsabilidade moral, moral. Mas a responsabilidade não deixa de ser dos Serviços de Segurança Social, é assim que nesse ponto de vista as coisas funcionam.

Dirigindo-se à Câmara Municipal de Almada procuraremos responder, mas não se esqueça, porque é fundamental e a responsabilidade é da Segurança Social. É preciso a gente ir ao sítio certo para poder ter a resposta adequada.

Na medida daquilo que está ao nosso alcance têm sido feitos realojamentos de pessoas doentes, designadamente pessoas do 2º Torrão, pessoas das Terras da Costa recentemente que foram realojadas por motivos de doença.

Enfim, com certeza que o seu caso também procuraremos e será registado, mais cinco anos e alguns meses ou quatro anos e alguns meses, enfim, é necessário que outros que têm outra responsabilidade também se mobilizem e às vezes há e aí também podemos ter alguma responsabilidade por excesso de voluntarismo em não sensibilizarmos quem tem responsabilidades efetivas nessa matéria.

Nós também, nós Câmara temos que atuar junto da Segurança Social para que ela cumpra o seu papel para com os nossos Municípios.

Essa questão será naturalmente registada.

Quer a Dona Carla, quer a Dona Rosa terão em último caso, naturalmente através do Programa de Emergência Social, também se deve procurar dar resposta ao problema que aqui foi colocado.

Em relação à questão colocada pela Sr.^a Dona Nitakumari, eu vou enviar à Fiscalização para ir visitar. Depois se nos puder deixar aí a morada exata em que isso ocorre, os Serviços de Fiscalização procurarão sensibilizar as autoridades para irem ao local e verificar a denúncia que aqui foi feita sobre a utilização do espaço.

Sr. Roberto Carvalho, um pedido de informação, há demora nos projetos, os investidores afastam-se, é uma realidade, os Serviços Municipais sofrem nessa área de uma redução significativa de pessoal, dificuldades de recrutamento. Nós tivemos que ameaçar fazer recrutamento de pessoal nas áreas operacionais, naturalmente também temos em perspetiva o recrutamento de pessoal técnico qualificado para as áreas do urbanismo e do ordenamento do território. Os concursos demoram tempo, é pessoal qualificado, mas todos temos consciência que a capacidade de resposta e a velocidade de resposta é uma questão da maior importância, mas o facto de as pessoas nos procurarem, tem que ter uma resposta adequada.

Sobre isto, neste momento é o que lhe posso dizer, depois existem situações complexas que têm a ver com a complexidade dos processos, mas sobre isso como imagina nós não estaremos aqui em condições de poder responder. Depois era bom dizer quais os investidores em concreto que se afastam, porque se nos puder ajudar é da maior importância. Nós temos uma equipa para poder acompanhar investidores, estas iniciativas aqui são da maior importância, mas conhecendo alguém, informar-nos, olhe esta pessoa quer-se ir embora por esta razão e naturalmente que não deixaremos de dar atenção, a atenção possível para responder o mais depressa que consigamos.



Dona Maria da Glória Pedroso, em relação à questão do ofício, eu não conheço o ofício, agora aqui, não tenho condições de responder. Não disse qual era o conteúdo do ofício e portanto sugeria que depois tentasse aproveitar a oportunidade e a Sr.^a Vereadora poder ainda falar consigo sobre a questão. Mas eu sinceramente não conheço o conteúdo do ofício 3445/2017, relativo a um imóvel de 1955 e não sei se a Sr.^a é proprietária, se não é, depois poderá apurar acerca disto.

Questões ligadas com a alimentação dos animais. A questão aqui é o seguinte, nós respeitamos aquilo que foi a decisão da Assembleia, qua aliás a formulação foi feita connosco, foi feita com a Câmara como se devem lembrar. Na altura encontrámos uma formulação que é essa que aqui foi lida e foi feita connosco, foi feita a partir desta mesa, portanto nós também fazemos parte dessa redação. E em relação a estes casos como a outros que estão pendentes do processo de alteração do Regulamento que por vezes é moroso como se sabe, o que é importante é que nos façam a referenciação de quem são as pessoas que estão a ser multadas por isso. Desde que nos tragam o auto da polícia ou da entidade que fez as multas, nós depois faremos a avaliação justamente nos termos daquilo que foi aprovado pela Assembleia Municipal. Agradeço que possam também neste caso dizer, informarem os nossos serviços das situações concretas em relação à pessoa tal, enfim está aqui o auto da multa e nós procuraremos ajudar a resolver até que o Regulamento seja aprovado e que efetivamente as pessoas saibam com o que é que podem contar. Mas, não temos nenhum interesse em criar problemas aos animais, seja as pessoas que fazem a alimentação dos animais, aliás de acordo com a proposta que foi aprovada aqui em Assembleia e como disse foi aprovada por consenso de todos e naturalmente na sua elaboração a Câmara também tomou parte e portanto assume aquilo que foi aqui aprovado, como não podia deixar de ser.

Enquanto o Regulamento não é aprovado, há um período e esse período deve ter alguma cobertura, nós assumiremos essa cobertura.”

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.1 – Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais José Joaquim Leitão (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de José Dias), João Geraldês (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Fernando Manta Cocharra) e Joana Mortágua (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Alípio de Freitas).

7.1.1 – O Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de José Dias

Faleceu, aos 77 anos, no passado dia 25 de abril de 2017, José Dias.

José Dias nasceu em Boticas, Distrito de Vila Real, a 28 de fevereiro de 1940.

Trabalhou como bancário durante grande parte da sua vida, tendo participado empenhadamente na atividade sindical.



Aderiu cedo ao Partido Socialista, partido em que desenvolveu uma intensa e generosa militância, sendo eleito por diversas vezes membro da Comissão Política Concelhia de Almada e do seu Secretariado.

Notabilizou-se também como autarca, integrando a Assembleia Municipal durante dois mandatos, entre 1990 e 1997, tendo exercido o cargo de secretário da mesa da Assembleia Municipal.

Transmontano, como fazia questão de se referir a si próprio, foi um homem frontal e íntegro, sempre amigo dos seus amigos, que o viram partir com antecipada saudade.

Neste momento de pesar, a Assembleia Municipal de Almada presta justa homenagem ao antigo Deputado Municipal e apresenta as suas mais sentidas condolências aos seus amigos e familiares.”

7.1.2 – O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Fernando Manta Cocharra

Faleceu no passado dia 27 de junho Fernando Manta Cocharra, ilustre Cidadão, Dirigente Associativo e Autarca Almadense.

Natural da Freguesia do Castelo, Concelho de Sesimbra, onde nasceu no dia 20 de agosto de 1939, viria a fixar-se no Concelho de Almada com 15 anos de idade, em Fevereiro de 1955, primeiro na Cova da Piedade e quatro anos mais tarde definitivamente no Feijó.

Com apenas 14 anos de idade, começa a trabalhar como canteiro na indústria dos mármore, abandonado esta atividade em 1972, numa altura em que atingira a categoria de encarregado geral e tinha a seu cargo 25 trabalhadores.

Ainda antes de completar 22 anos de idade, Fernando Cocharra foi mobilizado para o exército português, e parte para a Índia em março de 1961, forçado a integrar a missão expedicionária ordenada pelo ditador Salazar para tentar fazer frente às justas reivindicações de soberania da União Indiana sobre os territórios ocupados por Portugal. A experiência vivida na Índia levou-o a fundar no ano 2000, juntamente com outros prisioneiros dessa aventura salazarista, a Associação de Prisioneiros de Guerra na Índia e Timor, hoje Associação Nacional de Prisioneiros de Guerra.

Em 1973 ingressa no Arsenal do Alfeite, começando a trabalhar no sector da construção civil, passando dois anos mais tarde para os serviços de manutenção geral daquela empresa do nosso Concelho, onde experienciou a sua segunda profissão como caldeireiro de manutenção.

No Arsenal do Alfeite, Fernando Manta Cocharra participou ativamente em diversas tarefas sempre associadas à defesa dos interesses dos trabalhadores. Foi membro da Comissão de Oficina e Serviços, do Conselho de Promoções, ao Grupo Profissional, entre outras áreas de trabalho e intervenção

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, Fernando Cocharra adere, logo em maio desse ano, ao Partido Comunista Português.

Entre 1975 e 1979 integra a Comissão de Moradores do Feijó. Em 2001 é eleito para a Assembleia de Freguesia do Feijó nas listas da Coligação Democrática Unitária.



Participa de forma igualmente ativa no Movimento Associativo e Movimento Cooperativo do Concelho de Almada, tendo integrado diversos órgãos em diferentes coletividades e associações do Concelho, algumas das quais ajudou a fundar.

Pertenceu aos órgãos sociais do Clube Recreativo do Feijó em diversos mandatos, tendo representado o Clube como delegado à Federação das Coletividades de Cultura e Recreio. Foi dirigente da Cooperativa de Consumo Piedense, tendo exercido durante mais de 30 anos, entre 1984 e 2015, diferentes cargos diretivos naquela Cooperativa histórica da Freguesia da Cova da Piedade e do Concelho de Almada.

Fernando Cocharra foi fundador da Casa do Pessoal do Arsenal do Alfeite em 2004, tendo sido eleito por unanimidade presidente da sua Comissão Instaladora, e dois anos passados, percorridos todos os trâmites necessários à legalização da Associação, foi eleito primeiro Presidente da Direção da Casa do Pessoal do Arsenal do Alfeite.

A sua participação no Movimento Associativo Popular não se ficaria por aí. Convidado a integrar os corpos sociais da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Laranjeiro e Feijó em 2006, passou sucessivamente pelos cargos de Vogal, Secretário e Presidente do Conselho Fiscal daquela associação, cargo que desempenhava com a mesma mestria e dedicação de todas as outras à data do seu falecimento.

A Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária referente ao mês de junho de 2017, delibera:

1. Dirigir a sua Viúva, Maria do Rosário, aos seus filhos e aos seus netos, a expressão do mais sentido pesar pelo desaparecimento físico de seu marido, pai e avô, manifestando a mais profunda solidariedade e amizade neste momento de luto.
2. Expressar o mesmo sentido pesar pelo falecimento do Dirigente Associativo à Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Laranjeiro e do Feijó onde era Presidente do Conselho Fiscal, e por seu intermédio a todo o Movimento Associativo Popular de Almada, ao qual Fernando Cocharra tanto deu daquilo que melhor tinha e sabia.
3. Expressar ainda o sentido voto de pesar junto dos restantes familiares, amigos e órgãos autárquicos do Concelho de Almada, e ainda junto do Partido Comunista Português de que Fernando Cocharra era militante.”

7.1.3 – A Sr.^a Deputada Municipal Joana Mortágua (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Alípio de Freitas foi uma das pessoas mais extraordinárias que eu conheci, ele foi fundados do Bloco de Esquerda, mas isso não é a razão pela qual nós apresentámos este Voto de Pesar. Apresentamo-lo porque morreu um dos homens mais corajosos na defesa dos camponeses pobres, na defesa dos trabalhadores e na defesa da dignidade humana. Um homem que recusava ceder nesta ideia da dignidade humana, recusou fazê-lo quando foi submetido às piores torturas da ditadura mais violenta no Brasil, mas por onde passava, ele achava que a consequência da dignidade humana era a organização pelos direitos humanos, era a organização pelos direitos sociais, era a organização pela emancipação e



portanto ele achava que a transformação do mundo num lugar mais justo, não só era possível como dependia da ação de cada um e de cada uma de nós.

Ele viveu coerente com esse princípio até ao final da vida, com isso nós perdemos um grande homem e é por isso que acho que o Município de Almada como todos os Municípios deste país, como no Brasil também o devem fazer, mas por todos os sítios por onde ele passou também fez a reforma agrária em Moçambique, acabou por ser enterrado em Alvito onde eu nasci, e acho que todos lhe devemos uma grande homenagem em Almada também onde ele tem família e amigos.

Voto de Pesar pelo falecimento de Alípio de Freitas

“Homem de grande firmeza” – assim o cantou Zeca Afonso. E assim era Alípio de Freitas.

Nascido em Vinhais, em 1929, foi padre e foi jornalista, foi português e foi brasileiro e, mais que tudo, foi um lutador de toda uma vida pela liberdade e pela emancipação do povo pobre.

Ordenado padre em 1952, escolheu viver com os mais pobres, primeiro com os camponeses da Serra de Montesinho e depois num subúrbio de São Luís do Maranhão, associando-se aos mais excluídos na criação de uma paróquia, mas também de uma escola e de um posto médico.

Com uma coragem invulgar, enfrentou as oligarquias fundiárias do Nordeste brasileiro defendendo, com risco da sua vida, os camponeses sem terra. Ajudou a fundar as Ligas Camponesas e foi ativista da luta pela terra.

Essa ousadia valeu-lhe um primeiro sequestro por um grupo paramilitar e detenção durante mais de um mês à ordem do Exército. Com o golpe militar de 1964, e já na clandestinidade, criou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Em maio de 1970 foi preso e sujeito a intensa tortura. O seu comportamento firme e altivo na prisão e na tortura tornou-se lendário. Recusou sempre prestar declarações e só a ampla campanha de solidariedade internacional de que foi alvo – em que se incluiu a canção que lhe dedicou Zeca Afonso, no álbum *Com as Minhas Tamanquinhas*, e diversas intervenções da diplomacia portuguesa – permitiu preservar a sua vida. Haveria de denunciar os seus torturadores no livro “Resistir é preciso”, publicado após a sua libertação em 1979.

Após uma passagem por Moçambique, regressou a Portugal, tendo trabalhado na RTP até 1994. Foi coautor de vários programas e membro da respetiva Comissão de Trabalhadores.

Participou em vários movimentos sociais, nomeadamente o Tribunal Mundial sobre o Iraque e o Fórum Social Mundial. Foi também fundador do Bloco de Esquerda, em 1999, bem como de várias associações cívicas, como a Associação José Afonso e a Casa do Brasil de Lisboa.

Embora tivesse perdido completamente a visão nos últimos anos, Alípio de Freitas continuava a ser uma presença constante, sempre guiado pela sua companheira Guadalupe, em movimentos de solidariedade internacional ou de mobilização cívica.

A Assembleia Municipal de Almada exprime o seu pesar pela morte de Alípio de Freitas e manifesta aos seus familiares e amigos a sua solidariedade.”

7.2 - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.



7.2.1 – O Voto de Pesar pelo falecimento de José Dias, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão, foi aprovado por unanimidade.

7.2.2 – O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Fernando Manta Cocharra, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovado por unanimidade.

7.2.3 – O Voto de Pesar pelo falecimento de Alípio de Freitas, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Joana Mortágua, foi aprovado por unanimidade.

7.2.4 - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.

7.3 – Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais António Pedro Maco (apresentando Moção/Deliberação de Homenagem aos Bombeiros), Nuno Matias (apresentando Voto de Pesar pelas vítimas da tragédia de Pedrogão Grande e louvor pela coragem e altruísmo dos Bombeiros do Concelho de Almada), João Geraldês (apresentando Voto de Pesar e Solidariedade com bombeiros, populações e autarcas afetadas pelos incêndios no Centro de Portugal) e Carlos Guedes (apresentando Moção/Deliberação de Solidariedade com as vítimas e Bombeiros dos incêndios).

7.3.1 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação de Homenagem aos Bombeiros

É com imensa consternação e com um profundo pesar que mais um ano a Assembleia Municipal de Almada se manifesta perante tamanha tragédia envolvendo aqueles homens e aquelas mulheres que em regime de voluntariado dão o melhor que têm de si em troca de nada e em favor do bem-estar e da segurança de todos e do país: os bombeiros voluntários.

Perante mais um cenário trágico, é de louvar o esforço, a abnegação e o empenho com que centenas de bombeiros se dedicaram ao combate a mais um mortífero fogo que teimou e tardou em dar tréguas elevando para lá do limite o esgotamento humano.

Um fogo mortífero que ceifou vidas humanas, vidas de diversas espécies animais, como destruiu ainda bens e pertences pessoais e todo um património natural desfeito em cinzas.

A todas as corporações que foram sensibilizadas a acudir a esta tragédia juntaram-se as três corporações de bombeiros do concelho: Bombeiros Voluntários de Almada, Bombeiros Voluntários de Cacilhas e Bombeiros Voluntários da Trafaria, que partiram com sentimento de esperança e voltaram com sentido de orgulho por mais uma nobre missão ao serviço da comunidade.

Aos bombeiros juntaram-se milhares de almadenses que transtornados mas ao mesmo tempo sensibilizados, souberam responder na hora aos diversos apelos daqueles que no teatro das operações pediam ajuda em busca de salvamento.

É com esse sentido de reconhecimento da prontidão e do empenho dos bombeiros, que a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 29 de junho na localidade da Caparica, endereça as mais sentidas homenagens a todas as corporações de bombeiros, onde se incluem as corporações do concelho de Almada, que em nome do serviço à comunidade enfrentaram com bravura e profissionalismo o grande



incêndio do dia 17 de junho no centro do país sentindo ao mesmo tempo um profundo pesar pelas vidas humanas e restante fauna e flora que se perdeu nesses fatídicos dias.”

7.3.2 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Todos nós fomos testemunhos de uma tragédia, uma tragédia que ceifou vidas, causou danos materiais e infelizmente ceifou vidas que partiram cedo de mais, fruto de circunstâncias certamente catastróficas de problemas que infelizmente agudizaram as consequências, mas neste momento em que queremos associar ao pesar que foi a perda dessas vidas. Mas também destacar a coragem, a entrega, a dedicação de todos aqueles que combateram os incêndios na pessoa de todo e cada bombeiro, muitos deles do nosso Concelho que não hesitaram também em dizer presente, hoje como sempre estiveram lá e que de forma corajosa e determinada demonstraram que apesar destas catástrofes serem fundamentais de serem evitadas para o futuro, a sociedade no momento em que foi necessário combater na pessoa de cada bombeiro que esteve presente e a solidariedade também não faltou no momento em que foi necessário a sociedade se unir. E por isso nós não queríamos deixar de nos associar ao pesar por um lado, mas sobretudo também ao que de melhor a sociedade apresentou na resposta a uma situação que foi dramática, infelizmente levou vidas, criou muito problema para famílias, para um conjunto de agregados familiares que perderam tudo, mas continuamos cá e prevalece a solidariedade e o desejo de que o dia de amanhã para essas famílias e para essas pessoas seja melhor e que estes problemas não se voltem a repetir, porque aí sim todos nós temos a missão de encontrar outras respostas e melhores soluções.”

Voto de Pesar pelas vítimas da tragédia de Pedrogão Grande e louvor pela coragem e altruísmo dos Bombeiros do Concelho de Almada

No passado fim de semana viveu-se uma tragédia no município de Pedrogão Grande. Mais de sessenta pessoas não resistiram à força das chamas, numa catástrofe sem precedentes.

As corporações de bombeiros de todo o país, incluindo as dos Bombeiros Voluntários de Almada, Cacilhas e Trafaria, acorreram a auxiliar as populações em perigo. Mas nem por isso conseguiram evitar a perda de mais de sessenta vidas humanas, que não conseguiram libertar-se da imprevisibilidade e da fúria das labaredas, bem como da destruição de património florestal causando uma devastação incalculável vivida e sentida por todos.

O esforço destas mulheres e homens é heroico, pela sua coragem e altruísmo, sabendo o risco em que colocam as suas vidas. Todos os bombeiros e as suas corporações merecem um louvor público de reconhecimento pelo seu esforço, competência e dedicação, ao qual as populações do concelho de Almada não foram indiferentes.

Às famílias e amigos dos que perderam a vida na tragédia de Pedrogão Grande, a Assembleia Municipal de Almada envia as mais sentidas condolências.

A todos aqueles que tiveram danos pessoais, materiais e imateriais, a Assembleia Municipal de Almada deseja expressar a sua solidariedade.



Aos bombeiros do concelho de Almada, a Assembleia Municipal de Almada expressa uma mensagem de mais sincero reconhecimento, gratidão, conforto e apoio.”

7.3.3 – O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar e Solidariedade com bombeiros, populações e autarcas afetadas pelos incêndios no Centro de Portugal

Portugal viveu há duas semanas uma das maiores catástrofes humana, social e económica que a memória recente regista, consequência dos incêndios florestais registados nos Distritos de Leiria e Coimbra, afetando com particular violência os Concelhos de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra em Leiria, e Góis em Coimbra.

A dimensão desta catástrofe, consumindo dezenas de milhares de hectares de floresta ao longo de uma semana completa, atinge proporções que não podem deixar ninguém indiferente.

Uma catástrofe que exigiu a mobilização no combate às chamas de recursos em quantidade e dimensão raramente vistos, chegando a envolver no terreno – e em simultâneo – quase três milhares de bombeiros e muitas centenas de populares, entre os quais se incluem bombeiros, homens e mulheres, das três Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Almada que acorreram uma vez mais em auxílio das populações afetadas.

Desta catástrofe resultaram perdas humanas de dimensão difíceis de conceber e entender, registando os números oficiais 64 mortos e mais de 200 feridos, alguns deles com gravidade.

As perdas para a economia nacional fruto da destruição de dezenas de milhares de hectares de floresta, são ainda impossíveis de contabilizar na sua dimensão real, mas serão seguramente elevadíssimas. Num balanço necessariamente provisório, e no início do rescaldo da catástrofe, a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos apontava para a perda de 75% da sua área florestal.

Face a estas circunstâncias, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária em 29 e 30 de junho de 2017, delibera:

1. Expressar o mais profundo pesar, consternação e lamento pela imensa perda de vidas e riqueza patrimonial nesta catástrofe, expressando a mais profunda solidariedade e amizade aos familiares e amigos das vítimas, aos autarcas e outras autoridades das áreas mais afetadas, ao povo das regiões de Leiria e Coimbra, e considerando a dimensão nacional da tragédia, também ao povo português no seu conjunto.
2. Sublinhar publicamente a pronta, determinada e corajosa intervenção e trabalho desenvolvido pelo conjunto dos meios operacionais chamados a combater esta tragédia em terrenos e sob condições particularmente duras e difíceis, relevando em particular importância do papel assumido pelos bombeiros no combate e debelar do sinistro ocorrido.
3. Saudar particularmente a disponibilidade e prontidão das três Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Almada – Almada, Cacilhas e Trafaria –, que reafirmando a consigna “podemos não voltar, mas vamos!” que inspira e anima estes homens e mulheres verdadeiros heróis,



fizeram deslocar meios humanos e materiais significativos no auxílio ao combate à catástrofe e aos seus efeitos.”

7.3.4 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A nossa Moção é também uma Moção em solidariedade com as vítimas e com os Bombeiros. Não vale a pena repetir o que aqui já foi dito, nós estamos naturalmente solidários com as vítimas e estamos conscientes que esta tragédia nos recorda que as medidas de prevenção que deveriam ter sido tomadas estão por tomar, as dificuldades no terreno, de acesso a povoações, muitas delas desertificadas ou habitadas por pessoas já com alguma idade, não facilitou a intervenção de quem estava no terreno. Agora que os incêndios foram extintos é tempo de solidariedade com as vítimas e com os sobreviventes, mas também de homenagem aos Bombeiros e Bombeiras, apesar das condições extremamente difíceis estes homens e mulheres não hesitam em deixar as suas famílias, o conforto das suas casas, colocando em risco a sua própria segurança para acorrer a quem está em perigo.”

Moção/Deliberação de Solidariedade com as vítimas e Bombeiros dos incêndios

No dia 18 de junho, o país confrontou-se com a pior tragédia. O balanço assombroso do incêndio que deflagrou, no sábado, em Pedrógão Grande, e que depois alastrou a outras localidades, resultou em 64 vítimas mortais e mais de uma centena de feridos e desalojados, para além da destruição de habitações, bens e animais.

Esta tragédia recorda-nos que as medidas de prevenção estão por tomar. As dificuldades no terreno, de acesso às povoações, os ventos fortes e as labaredas dantescas concorreram com a crónica insuficiência de meios e equipamentos das várias corporações de bombeiros.

Agora que os incêndios foram extintos, é tempo de solidariedade com as vítimas e os sobreviventes, mas também de homenagem aos bombeiros e bombeiras. Apesar das condições extremamente difíceis, estes homens e mulheres não hesitam em deixar as suas famílias, o conforto das suas casas, colocando em risco a sua própria segurança para acorrer a quem está em perigo.

Em breve chegará o tempo do debate sobre as medidas que são necessárias para nos proteger destas tragédias que destroem vidas e o território do país. O Município de Almada, os seus representantes políticos, poder local e sociedade civil, devem envolver-se no debate público sobre as políticas de defesa do território e os meios de combate a incêndios.

1. Expressar o mais sentido pesar pelas vítimas mortais desta calamidade e a mais profunda solidariedade com as populações afetadas.
2. Saudar os verdadeiros heróis que são os bombeiros e bombeiras de todo o país e, em particular, os homens e mulheres das Corporações de Bombeiros do Concelho de Almada pelo seu empenho e dedicação no combate a este e outros incêndios que alastram no centro do país.
3. Saudar a população de Almada pela solidariedade com as famílias das vítimas, as populações afetadas e os homens e mulheres que combatem, e apelar à sua continuação.”

7.4 – No debate usou da palavra o Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão.



7.4.1 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para expressar concordância e apoio ao conjunto dos textos apresentados.

De facto é importante neste momento solidarizarmo-nos com as vítimas e suas famílias e os seus amigos, os seus vizinhos, é importante que o façamos, é importante expressar o profundo agradecimento para com os Bombeiros, para com todos aqueles que se empenharam no combate ao fogo e aqui merece uma especial palavra de apreço o esforço desenvolvido pelas três corporações do Concelho de Almada, que se empenharam no combate ao fogo e que nesse combate tiveram um papel importante, não só operacional como ao nível do próprio comando, mas nestes momentos devemos também assumir a dívida para connosco próprios, para com os portugueses, relativamente ao que é necessário fazer e que não pode continuar a ser adiado. É necessário empenhar o país no combate não só aos fogos, mas na prevenção dos fogos. Há aqui um grande desafio, um desafio que se prende com a necessidade de questionar e de repensar a estrutura fundiária, essa matéria não pode ser deixada para o futuro, é necessário que nos mobilizemos para ela, é necessário encontrar soluções para que a nossa floresta possa ser um elemento de fruição, um elemento de riqueza do país e que deixe de ser definitivamente um perigo e um flagelo para as populações.”

7.5 - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.

7.5.1 – A Moção/Deliberação de Homenagem aos Bombeiros, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovada por unanimidade.

7.5.2 – O Voto de Pesar pelas vítimas da tragédia de Pedrogão Grande e louvor pela coragem e altruísmo dos Bombeiros do Concelho de Almada, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, foi aprovado por unanimidade.

7.5.3 – O Voto de Pesar e Solidariedade com bombeiros, populações e autarcas afetadas pelos incêndios no Centro de Portugal, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovado por unanimidade.

7.5.4 – A Moção/Deliberação de Solidariedade com as vítimas e Bombeiros dos incêndios, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por unanimidade.

7.5.3 - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem.

7.6 – Usou da palavra a Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre, para uma declaração política.

7.6.1 – A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sempre que encerramos uma etapa da nossa vida, é bom olhar para trás e refletir sobre alguns momentos dessa etapa.

É o que vou tentar fazer.

Desde 2001, membro desta Assembleia tenho tido como lema “Almada, a minha cidade, deverá ser um sítio bom para se viver”. E foi nesse pressuposto que sempre apresentei projetos e sempre dei contributos, quer integrada no projeto parlamentar do PS, quer mais recentemente como independente.



Esta minha declaração política não pretende ser um testamento político, mas gostava de deixar, ainda assim, algumas ideias, subordinadas ao lema que atrás enunciei.

Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores,

Almada tem conquistado nos rankings que frequentemente se fazem, alguns lugares cimeiros, mas há algumas áreas em que tem sido difícil conseguir um bom desempenho.

E hoje, como despedida, elegi a mobilidade como tema, motivada pelas palavras do Professor Nunes da Silva na última sessão pública sobre o PDM.

“Senhores Candidatos, presentes nesta Assembleia, apostem no projeto da nova travessia do Tejo entre Algés e a Trafaria, visto que há um privado disposto a construí-la. Exijam ao Governo a revisão do contrato que o não saudoso governante Ferreira do Amaral assinou com a Lusoponte e vamos dar às duas margens do Tejo, a proximidade sem demoras que todos desejamos há tanto tempo. E sobre a entrada na Autoestrada, em Corroios, não há razões para não se fazer! “Afim os comunas agora fazem parte da geringonça!!!”

E mais ainda, digam ao candidato Medina que é tempo de facilitar também as ligações com a Margem Sul e não apenas com Cascais, como ele afirmou na entrevista à TVI... Para Cascais já há preços mais acessíveis nos transportes públicos, porque os passes sociais abrangem aquela zona e não a travessia do Tejo.

E é tempo de exigir à mesma geringonça a extensão do MST à Costa, agora que com o aeroporto ao Montijo, essa extensão está garantida!

Para finalizar e porque o tempo se esgotou, deixo uma saudadezinha para todos e uma saudação especial ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela sua tolerância, mas assumidamente pela sua competência e dedicação ao longo de todos os anos.

E não posso deixar de mencionar a Céu que sempre “abelhinha” nos atende com um sorriso e com competência.

Foi uma honra ter pertencido a esta Assembleia!”

7.7 – Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

7.7.1 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Felicidades Dr.^a Odete Alexandre, reconhecimento pela sua ação e empenho na causa e coisa pública nesta Assembleia Municipal e certamente nos vamos continuar a encontrar por esses caminhos largos desta cidade.”

7.8 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: João Galdes (apresentando Moção/Deliberação O Concelho de Almada em Segurança; a Moção/Deliberação de Solidariedade com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e a Moção/Deliberação de Saudação I Semana Social “Almada Somos Nós”), Luís Palma (apresentando Moção/Deliberação de Saudação ao Festival “O Sol da Caparica”), Luísa Ramos (apresentando a



Moção/Deliberação de Saudação ao trabalho de recuperação realizado em Áreas Urbanas de Génese Ilegal; a Moção/Deliberação de Saudação à dinâmica das Áreas de Reabilitação Urbana; e a Moção/Deliberação Promover a coesão social pela intervenção cultural), Luís Palma (apresentando a Moção/Saudação Ao Dia Nacional das Coletividades e à Dirigente Madalena Mota; a Moção/Saudação pela Inauguração da nova sede nacional da Associação de Oficiais das Forças Armadas na Trafaria), Joana Mortágua (apresentando Moção/Deliberação de Atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a Moção/Recomendação de Combate à precariedade laboral na Administração Local).

7.8.1 – O Sr. Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.8.1.1 – Moção/Deliberação O Concelho de Almada em Segurança

Uma política democrática de segurança é inseparável de uma política de desenvolvimento integrado de justiça social, de direito ao trabalho e de trabalho com direitos, de melhor qualidade de vida ao nível económico, cultural e urbano, de reconhecimento de direitos e de inserção dos imigrantes e das minorias étnicas, de coesão comunitária, de prevenção e tratamento da toxicod dependência e de combate ao crime organizado.

O combate ao crime e à delinquência tem nos efetivos e meios operacionais das Forças e Serviços de Segurança, nas suas instalações e na proximidade e envolvência das comunidades, pilar importante e até determinante para que seja assegurado às populações a efetivação do direito democrático à segurança.

A segurança de pessoas e bens é um dever do Estado democrático constitucionalmente consagrado.

Os dados oficiais da evolução da criminalidade geral nos últimos anos no Concelho de Almada, pelo menos desde 2008, revelam uma positiva e continuada descida da criminalidade participada.

Os números não enganam. A comparação entre 2015 e 2016, apresenta uma redução de 8,65%, menos 601 participações (de 6946 participações em 2015 para 6345 participações em 2016), mas se a comparação for entre os últimos nove anos, a descida da criminalidade é ainda maior, ou seja de 8428 participações em 2008, para 6345 participações em 2016, tendo assim uma redução de 24,72% (menos 2083 participações).

O Concelho de Almada, segundo os dados divulgados pelo Relatório Nacional de Segurança Interna, foi em termos relativos, um dos que mais reduziu a criminalidade participada de 2015 para 2016 comparado com outros grandes Concelhos portugueses. Almada teve um decréscimo de 8,65%, enquanto Lisboa teve menos 5,1%, o Porto menos 8%, Braga menos 4,7%, Aveiro menos 8,3% e o total dos Concelhos do Distrito de Setúbal menos 7%.

O Concelho de Almada apresenta assim dados positivos que merecem reconhecimento, desde logo às Forças e Serviços de Segurança em missão no Concelho, mas também às Entidades, Organizações e Instituições sociais, económicas e culturais, às populações e seus órgãos autárquicos.



Referência particular ao empenho e desempenho dos agentes da Polícia de Segurança Pública e dos militares da Guarda Nacional Republicana nos indicadores de segurança alcançados, a que não serão alheios os modelos de policiamento desenvolvido nos últimos anos ao privilegiarem sempre que possível a proximidade e a interação com as comunidades e com os atores sociais mais relevantes, como expressa o Parecer da responsabilidade do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada.

Mas melhores resultados são possíveis e necessários na melhoria dos níveis de segurança e do sentimento de segurança.

Importa assegurar a continuidade dos dados positivos, prevenindo e mitigando deficiências e insuficiências, importando para tanto considerar:

- A Divisão de Almada da Polícia de Segurança Pública tem na sua área de jurisdição as freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal, Cacilhas, Laranjeiro e Feijó que no seu conjunto têm 89583 habitantes.
- O Destacamento Territorial de Almada da Guarda Nacional Republicana tem na sua área de jurisdição as freguesias da Charneca da Caparica, Sobreda, Caparica, Trafaria e Costa da Caparica no Concelho de Almada com os seus 84.497 habitantes e ainda as freguesias de Fernão Ferro e a aldeia de Paio Pires no Concelho do Seixal com os seus 30.317 habitantes, totalizando assim na sua área de influência 114.814 habitantes.
- Tendo em consideração o efetivo total das duas forças de segurança sobressai o rácio de 2,2 polícias para cada mil habitantes o que é deveras insuficiente.
- Mas o Concelho de Almada do ponto de vista do efetivo com funções de segurança não deve ser reconhecido apenas pelo número dos seus residentes de primeira habitação.

Impõe-se assim, sendo absolutamente necessário, para uma justa disponibilização e mobilização de recursos e meios operacionais concorrentes para uma ainda mais significativa melhoria da segurança e do sentimento de segurança das populações considerar:

- Que Almada é o segundo polo universitário da Área Metropolitana de Lisboa com mais de 12.000 estudantes do Ensino Superior no Concelho e centenas de professores, investidores e colaboradores, com particular impacto na Freguesia de Caparica.
- Os muitos milhares de residentes de segunda habitação com particular incidência na Costa da Caparica, na Charneca de Caparica e na Sobreda.
- Os muitos milhares de cidadãos que anualmente ao fim de semana visitam e permanecem na Costa da Caparica e Trafaria.
- Os cerca de 600 mil visitantes anuais vindos de norte a sul de Portugal e do estrangeiro que ocorrem ao Santuário do Cristo Rei.
- Os mais de 8 milhões de visitantes que ano após ano na época balnear usufruem da frente atlântica e dos Parques de Campismo e se espalham por todo o Concelho, da Costa da Caparica à Fonte da Telha e à Trafaria, de Cacilhas, ao Pragal da Charneca de Caparica à Sobreda.



- A Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (PPAFCC) de grande importância nacional pelos seus aspetos geológicos, geomorfológicos e paisagísticos de grande sensibilidade e interesse.

A Paisagem Protegida estende-se ao longo da orla litoral, desde a Costa da Caparica até à Lagoa de Albufeira, numa extensão de 13 km, cobrindo uma superfície de 1599 hectares, em território do Concelho de Almada e suas freguesias de Caparica, Charneca de Caparica e Costa da Caparica e ao Concelho de Sesimbra à sua freguesia do Castelo.

Integram a Paisagem Protegida da Costa da Caparica, as “Terras da Costa” entre o cordão dunar e a Arriba Fóssil, a “Arriba Fóssil e Orla Costeira” que se desenvolve nos terrenos arenosos, desde a linha de praia, ao cordão dunar e dunas interiores até à Arriba, com a grande mancha de acacial serpenteada por caminhos de acesso às praias a sul, e os “Pinhais da Charneca” zona de pinhal manso com sub-bosque da tão importante “Mata dos Medos”.

E esta abrangente realidade que deve determinar o dispositivo, o efetivo policial e os meios operacionais, em particular da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia Marítima.

A propósito do dispositivo atente-se, a título de exemplo, nos compromissos e promessas dos sucessivos Governos, nunca cumpridas, de construção de instalações policiais no Monte de Caparica/PIA.

Desde a década de 90 do século passado que as Autarquias na ação das suas populações e seus órgãos vêm reivindicando junto dos vários Governos a construção de um Posto Policial da GNR ou da PSP.

A Freguesia da Caparica do ponto de vista do dispositivo de segurança depende do Posto Territorial da GNR da Trafaria, tem mais de 20 mil habitantes a que acresce uma fortíssima população universitária da Faculdade de Ciência e Tecnologia e da Escola Superior de Ciências da Saúde.

Ao longo de anos foram vários os Ministros e Secretários de Estado de Governos do PS, PSD e PSD/CDS que consideraram a necessidade e prometeram a construção do Posto Policial do PIA ex-Plano Integrado de Almada.

As declarações de compromisso foram públicas assim como os anúncios para construção de novas instalações policiais no PIA/Monte de Caparica, como por exemplo:

- No primeiro Governo do Engenheiro António Guterres com a assinatura em terras da Caparica pela Senhora Secretária de Estado Leonor Coutinho e o Secretário de Estado Armando Vara, na presença do Ministro João Cravinho, em que é anunciado a entrada em funcionamento em 1999.
- Do anúncio do segundo Governo PS do Primeiro Ministro António Guterres no Diário da República de 27 de junho de 2001 do Concurso Público de construção do Posto Policial com prazo de execução da obra de oito meses.
- Da inscrição pelo Governo PSD/CDS-PP do Primeiro Ministro Durão Barroso no Orçamento de Estado para 2002 da instalação policial no PIA/Monte de Caparica, mas que desaparece no Orçamento de



Estado para 2003 por determinação do Ministro António Figueiredo Lopes e do SE da Administração Interna Nuno Magalhães.

- O projeto de construção reaparece nos Orçamentos de Estado para 2004 e 2005 da responsabilidade do Governo PSD/CDS-PP do 1º Ministro Santana Lopes, para voltar a desaparecer com os Governos do Primeiro Ministro José Sócrates.
- Um ano aparece para no ano seguinte desaparecer e os compromissos governamentais nunca foram cumpridos.

Os cidadãos protestam indignados, os órgãos autárquicos reivindicam, o Conselho Municipal de Segurança anualmente toma posição proclamando que a ausência de instalações e efetivos fixos no Monte de Caparica, é causa do sentimento de insegurança, numa freguesia populosa e polo universitário.

Assim, reconhecendo a evolução positiva dos indicadores da criminalidade participada no Concelho de Almada, importa prevenir e criar as condições que ultrapassem tanto quanto possível as deficiências e insuficiências na nobre missão das Forças de Segurança para atingir superiores níveis de segurança dos cidadãos.

Neste contexto a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária no dia 29 de junho de 2017, nos termos e para os efeitos da alínea j), do nº 2, do artigo 25º, do anexo I a que refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro toma posição perante os órgãos do Estado, deliberando:

- 1 – Manifestar a absoluta necessidade de reforço do efetivo policial da PSP e GNR, equilibrando o rácio policia/habitante/visitante no entendimento da especificidade do Concelho de Almada.
- 2 – Proclamar a necessidade de reforço dos meios operacionais das Forças de Segurança de acordo com as características dos respetivos territórios, nomeadamente com o redimensionamento dos parques de viaturas e a substituição daquelas situações de “fim de vida útil”.
- 3 – Referenciar reforçadamente a importância na prevenção da criminalidade e no sentimento de segurança dos cidadãos, o policiamento de proximidade com grande envolvimento das comunidades, em que a presença da autoridade e sua visibilidade são elementos importantes da dissuasão do crime e da interação com as populações e as “forças vivas” locais.
- 4 – Reclamar a retoma do desenvolvimento do processo para a construção do Posto Territorial da GNR no Ex-PIA/Monte de Caparica.
- 5 – Solicitar a consideração da construção da 2ª Fase do Quartel da GNR do Destacamento Territorial de Almada na Charneca de Caparica/Vale Fetal.”

7.8.1.2 – Moção/Deliberação de Solidariedade com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários

A Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal aprovou no passado dia 8 de Maio, numa reunião de direções e comandos, uma Carta Aberta dirigida ao Secretário de Estado da Administração Interna e ao Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, através da qual os bombeiros do Distrito de



Setúbal expressam a sua profunda preocupação e indignação pela forma como arrancava a fase Bravo do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais de 2017.

Nesta posição pública, a Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal afirmava particular preocupação por não ser, à data, conhecida a diretiva financeira de suporte ao dispositivo, realidade agravada pelo facto da aplicação da Lei do Financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros ter representado, em 2017, não apenas uma redução da comparticipação estatal, mas igualmente o indeferimento de grande parte das candidaturas a fundos comunitários para aquisição de frota de combate a incêndios florestais.

A Federação de Bombeiros do Distrito de Setúbal alerta para o crescente desgaste dos equipamentos de proteção individual dos bombeiros e para o envelhecimento do parque de veículos operacionais, sublinhando que esta situação, se não for corrigida, condicionará necessariamente a participação dos bombeiros do Distrito naquele dispositivo no corrente ano, por não se reunirem condições de operacionalidade equivalentes às registadas em anos anteriores, colocando em causa, nomeadamente, a participação de meios humanos e materiais em missões fora do distrito.

Esta realidade contrasta, segundo a Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal, com declarações públicas proferidas por responsáveis governamentais sobre o seu empenho e compromisso em criar as necessárias condições para que situações de catástrofe, como as registadas em anos anteriores – e como a registada infelizmente já este ano na zona centro do País –, não se repitam. O decréscimo de financiamento agora denunciado não é efetivamente compatível com os objetivos políticos enunciados pelos responsáveis governamentais.

A realidade denunciada pela Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal contrasta igualmente – e de forma muito evidente –, com o apoio concreto e objetivo garantido ao desenvolvimento da atividade e intervenção das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários pelo Município de Almada, um apoio que se repete desde há largos anos e se confirma, de novo, em 2017.

Em Almada, a realidade é bem distinta. Os apoios municipais à disponibilidade e prontidão de intervenção dos bombeiros do Município, continuam a constituir-se como contributos essenciais e decisivos para que sejam mantidas as condições de operacionalidade das três Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho.

Apoio regular e permanente, como aquele que é destinado ao pagamento dos seguros obrigatórios dos equipamentos e dos próprios bombeiros e ao funcionamento dos piquetes de intervenção permanente, que os bombeiros mantêm ativo 24 horas por dia, sete dias por semana e 365 dias por ano, e apoio extraordinário, como o que vem sendo prestado todos os anos às três Associações Humanitárias para modernização e renovação da frota e de equipamento de proteção individual dos bombeiros, apoios que atingem valores de muitas centenas de milhares de euros em cada ano.

Apenas esta postura de apoio institucional, sem condições e altruísta, do Município de Almada aos seus bombeiros, pode constituir justificação suficiente para as duas distinções, tão importantes quanto plenas



de significado, que os Bombeiros Almadenses e o próprio Município receberam neste início de mês de Junho.

A atribuição pelo Governo da Medalha de Mérito ao Bombeiro Paulo Oliveira, dos Bombeiros Voluntários de Almada, pelo heroísmo no socorro a uma criança vítima de acidente, e a atribuição da Menção Honrosa da Liga dos Bombeiros de Portugal ao Município de Almada, em reconhecimento pela ação do Município em defesa, promoção e valorização dos Bombeiros e das suas Associações, constituem de facto a demonstração cabal da justiça e da justeza do reiterado e contínuo apoio do Município de Almada sucessivamente reafirmada no domínio do apoio aos bombeiros e à sua intervenção.

Outros apoios e iniciativas enquadram ainda esta postura municipal.

O alargamento do quartel dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas na Costa da Caparica vai ser possível pela cedência gratuita pelo Município de Almada do terreno necessário para o efeito.

A Semana da Proteção Civil, com grande destaque para a ação e intervenção dos bombeiros neste âmbito, constitui momento de grande significado e importância para o envolvimento da população do Concelho naquilo que é a realidade vivida pelos bombeiros.

Assim como as iniciativas “Bombeiro por cinco dias”, que visam promover a compreensão por parte dos mais jovens, estudantes do 1º ciclo do ensino básico do nosso concelho, da dimensão e importância que assume a atividade de proteção de pessoas e bens que os bombeiros asseguram.

É seguramente fruto deste amplo conjunto de circunstâncias e condições de trabalho adequadas proporcionadas aos bombeiros almadenses, que a floresta do Concelho de Almada quase nada tem sido atingida, ao longo de sucessivos anos, pelo flagelo dos incêndios que devastam vastas áreas do nosso país todos os anos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 29 e 30 de junho de 2017, delibera:

1. Solidarizar-se com a posição da Federação de Bombeiros do Distrito de Setúbal, exigindo ao Governo da República que proceda à urgente e célere correção dos montantes de financiamento, promovendo as alterações que se revelem necessárias e se justifiquem à Lei do Financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros assegurando que, como sublinha a Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal, estes possam desempenhar condignamente a sua missão.
2. Saudar vivamente as três Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho de Almada, num período do ano em que os homens e mulheres que integram os seus quadros são particularmente solicitados, nomeadamente nas ações de prevenção e proteção da nossa floresta contra os incêndios, e no combate aos sinistros que ocorram em território municipal ou no exterior.
3. Reafirmar o seu agradecimento, gratidão e reconhecimento institucional pelo trabalho abnegado e desinteressado dos soldados da paz que prestam serviço humanitário nas três Associações de Bombeiros Voluntários de Almada, Cacilhas e Trafaria, agradecimento, gratidão e reconhecimento institucional que através destes homens e mulheres almadenses estende a todos aqueles cuja



consigna, na prestação de auxílio e socorro a pessoas e bens, se traduz numa simples frase: “podemos não voltar, mas vamos!”.

7.8.1.3 – Moção/Deliberação de “Saudação I Semana Social “Almada Somos Nós”

A atividade desenvolvida, pela área de intervenção social da Câmara Municipal de Almada em parceria com a Rede Social de Almada, caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações e projetos de diversa natureza, nas áreas da deficiência, crianças, idosos, saúde, saúde mental, violências, migrantes, entre outras, incluindo a prevenção e inclusão das comunidades e envolvendo-as.

Além do trabalho sistemático no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social, consolidado na rede através do núcleo executivo e plenário do Conselho Local de Ação Social de Almada (CLASA), destacamos a participação na Plataforma Supraconcelhia de Setúbal, em que Almada contribui para a definição de princípios e estratégias alargadas ao âmbito distrital.

Na área de idosos, mantem-se o Grupo Concelhio de Idosos e as suas atividades regulares, em que se destacam as comemorações do mês do idoso, o projeto de teleassistência – 10 Mil Vidas, a comemoração do Natal, e os passeios mensais com colaboração das Juntas de Freguesia. No âmbito da saúde mental, a criação de um Café Memória, resposta a situações de isolamento de pessoas com demências e seus cuidadores em parceria com a Misericórdia e a Associação Alzheimer. Sublinha-se ainda o alargamento do serviço de apoio domiciliário, através de protocolos celebrados com diversas entidades.

A adesão à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis visa a criação de uma Plataforma Municipal para a Saúde. A Plataforma foi até à data subscrita por 19 entidades, que intervêm como promotoras de projetos de parceria na área da promoção de hábitos de saúde e vida saudável.

No âmbito da infância e da deficiência, além dos projetos desenvolvidos em parceria – como o Dança & Gira, ou o Aventurar'te, Arte a Criatividade, destacamos a atividade do Grupo Concelhio para a Deficiência, o protocolo estabelecido com a Associação Paralisia Cerebral Almada – Seixal na área da formação e tempos livres, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens no âmbito da proteção das crianças e jovens e dos seus direitos, bem como a candidatura às Cidades Amigas da Criança, que traduzem um compromisso de olhar a intervenção na cidade com uma efetiva participação das crianças. A intervenção participada nos territórios do município é consolidada através do desenvolvimento de projetos de integração social, designadamente nos territórios das Terras da Costa (Costa da Caparica), 2º Torrão (Trafaria) e Quinta do Rato (Laranjeiro), através de projetos como o Odisseia, o Porbatuka, o fornecimento de energia elétrica, acompanhamento de festas de jovens, as comemorações de dias específicos para as comunidades, consolidados em parceria com as associações locais e de moradores.

A melhoria das condições habitacionais, e da vivência em comunidade nas habitações públicas municipais, além dos 237 realojamentos efetuados, foram realizadas adequações de tipologias, melhorias no edificado e nos fogos, num investimento municipal que segundo os dados disponíveis ultrapassa os 2,5 milhões de euros.



A responsabilização de todos ao nível da melhoria dos seus espaços habitacionais, tem vindo a ser realizada de forma fortemente participada, envolvendo uma parceria com os 97 representantes de prédio que participam em atividades de limpeza e animação dos espaços, aumentando o sentimento de pertença e a responsabilização.

Ainda no âmbito da parceria da Rede Social, destacamos igualmente a gestão do Plano de Emergência Social, que em substituição da ação social da administração central vem apoiando economicamente muitas centenas de famílias carenciadas do Concelho de Almada, o protocolo para alargamento do Serviço de Apoio Domiciliário, a elaboração de um Plano Contra a Violência Doméstica e de Género, assim como a candidatura ao Plano Municipal para a Integração dos Migrantes de Almada, projetos em desenvolvimento cuja participação da rede é contributo fundamental.

Este é o contexto em que surge a realização da 1ª Semana Social “Almada Somos Nós”, iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Almada em parceria com a Rede Social do Município no âmbito da qual, e a precede-la, decorreram fóruns temáticos sobre matérias como a Pobreza e Direitos Sociais, a Transição para a Vida Adulta, a Empregabilidade no Sector Solidário, e a Intervenção Protetiva na Área da Infância e Juventude – Desafios.

Esta 1ª Semana Social envolveu a participação de mais de 100 entidades com intervenção no domínio do desenvolvimento social, assumindo todas elas a promoção dos temas da inclusão, coesão, justiça social e solidariedade.

A iniciativa incluiu ainda a realização de uma mostra das entidades participantes exposições, tertúlias sobre diferentes temáticas, animações e atividades desportivas.

Destacamos ainda o facto desta Semana Social se constituir como importante contributo para divulgação junto da comunidade da intervenção dos agentes locais no domínio social, e promover a reflexão e debate sobre diversos temas importantes para a qualificação da intervenção local, no quadro do qual se inscrevem quatro encontros temáticos sobre os novos desafios que se colocam ao acolhimento residencial, as mulheres e a deficiência: violências e discriminações versus direitos, a prevenção uma responsabilidade partilhada, e direitos sociais e participação, bem como o lançamento de três livros, “(Re)construindo a casa dos afetos”, “O Mundo em Almada”, e “Para espantar as minhas mágoas: memórias de uma alentejana”.

Em reconhecimento pelo trabalho realizado no município de Almada, foram homenageadas no âmbito desta 1ª Semana Social “Almada Somos Nós”, 110 entidades que desenvolvem projetos de grande importância e significado na área social com incidência no território de Almada.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, na sua sessão referente ao mês de junho de 2017, delibera:

1. Saudar vivamente a Câmara Municipal de Almada pela iniciativa de organização da 1ª Semana Social “Almada Somos Nós”, estendendo essa saudação às 110 entidades participantes nas atividades e programa desta 1ª Semana Social, contribuindo para o aprofundamento e reforço da cooperação institucional numa área essencial da vida municipal, potenciando desta forma melhores condições para o êxito das intervenções de cada uma e do conjunto de instituições e entidades.



2. Exortar a Câmara Municipal de Almada a prosseguir o excelente trabalho já realizado no que respeita a ações, programas e atividades concretas desenvolvidas ao nível da promoção de melhores condições sociais, mais bem-estar e maior qualidade de vida das populações do Concelho de Almada, aprofundando na extensão e medida possíveis a cooperação institucional com todas as entidades que desenvolvem intervenção neste domínio no território do Concelho de Almada.
3. Saudar particularmente as 110 entidades que participaram na 1ª Semana Social “Almada Somos Nós” – que identificamos uma a uma em documento que fica anexo ao conteúdo da presente deliberação –, relevando o importante contributo que essa participação constituiu no que respeita ao reforço das condições para a congregação de energias e sinergias na intervenção que visa a melhoria da condição social dos Almadenses, em particular dos mais desfavorecidos.”

7.8.2 – O Sr. Deputado Municipal Luís Palma – Presidente da União da Junta das Freguesias de Laranjeiro e Feijó:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação de Saudação ao Festival “O Sol da Caparica”

A Câmara Municipal de Almada organiza desde 2014 e com periodicidade anual, o Festival “O Sol da Caparica”, que em meados do mês de Agosto traz à Costa da Caparica e a Amada dezenas de milhares de espectadores, aos quais são proporcionados quatro intensos dias de música, lazer e diversão, sem esquecer um dia pleno de programação especificamente e especialmente dedicado ao público infantil, às crianças e aos mais jovens.

“O Sol da Caparica” afirma-se, hoje, como o maior e mais completo encontro de música e intérpretes de língua portuguesa que se realiza Portugal, uma opção que desde o primeiro momento foi assumida pelo Município de Almada como fator distintivo de um projeto que nunca visou e continua a não visar a obtenção de lucro a partir da sua organização, como sucede com a generalidade dos grandes festivais de verão que se realizam em Portugal.

O Festival “O Sol da Caparica” distingue-se de todos os restantes também por essa realidade, por apostar principalmente na criação de condições objetivas que estimulem a atividade económica da Costa da Caparica em particular, e do Concelho de Almada em geral, que tornem conhecida e reconhecida uma área privilegiada do nosso Concelho e do País, que ajude a construir as bases mais sólidas para que os que assistem ao festival possam cá regressar todos os anos, ou mesmo mais do que uma vez por ano, daí retirando o lucro mais importante e significativo que a prazo o desenvolvimento consolidado e sustentável necessariamente representará.

A quarta edição do Festival “O Sol da Caparica”, a decorrer em Agosto próximo, para além de um programa de excelência no âmbito da música que se faz em português ou por falantes de uma das variantes da enriquecedora diversidade que a língua portuguesa apresenta em todo o mundo, tem associada uma circunstância particular, que se justifica registar.

Pela primeira vez na história do Festival da Canção promovido pela Eurovisão, uma canção portuguesa e cantada em língua portuguesa, atingiu o primeiro lugar da competição e venceu o certame.



Essa circunstância reafirma, em si mesma, a importância da promoção da língua portuguesa através da expressão musical, de que “O Sol da Caparica” é espaço pioneiro no nosso País, sendo ainda importante sublinhar que a autora da letra e música da canção vencedora, Luísa Sobral, é um dos nomes grandes da música portuguesa que integra a já vasta lista de autores, intérpretes e compositores que emprestaram o seu saber e a sua qualidade à programação do Festival “O Sol da Caparica”.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 29 e 30 de junho de 2017, delibera:

1. Saudar a realização da 4ª Edição do Festival “O Sol da Caparica”, a decorrer em Agosto próximo na Cidade da Costa da Caparica, sublinhando a excelência da programação em português e de autores falantes de português que nos apresenta, e a importância que o Festival assume para a promoção e valorização da língua portuguesa no nosso país e além-fronteiras.
2. Sublinhar a importante dimensão do impacto ao nível da dinamização e promoção do tecido económico e social que a organização e concretização deste Festival necessariamente traduz para a Costa da Caparica e para o concelho de Almada em geral.
3. Dirigir a todos os intérpretes, autores, compositores e outros profissionais da música portuguesa que irão participar nesta 4ª Edição do Festival “O Sol da Caparica” as mais vivas saudações, e o mais sentido agradecimento pela disponibilidade em cooperar com o projeto de desenvolvimento cultural, mas igualmente social e económico, que esta iniciativa representa para as populações da Costa da Caparica e de Almada.
4. Aproveitando a circunstância de uma canção portuguesa, cantada em língua portuguesa, composta por uma cidadã portuguesa e interpretada por um cidadão português, ter alcançado o topo da classificação do Festival da Canção organizado pela Eurovisão, e da autora da letra e música dessa canção ser um dos nomes que integra a lista de participantes no Festival “O Sol da Caparica”, dirigir à Luísa Sobral, compositora e autora da letra da canção “Amar pelos Dois”, e ao seu irmão Salvador Sobral, que interpretou o tema perante milhões de espetadores em todo o mundo, e a todos quantos contribuíram para o êxito obtido em Kiev, as mais vivas saudações e parabéns pela vitória alcançada e pela sua contribuição para projetar no mundo a arte que se pensa, faz ou canta em português.”

7.8.3 – A Sr. Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.8.3.1 – Moção/Deliberação de Saudação ao trabalho de recuperação realizado em Áreas Urbanas de Génese Ilegal

A génese da ocupação do solo em avos indivisos no concelho de Almada remonta à década de 1960 e surgiu da necessidade da população obter habitação própria numa época em que a oferta do imobiliário não era suficiente para a procura e o recurso ao crédito não era acessível à esmagadora maioria das pessoas.

A construção da Ponte 25 de Abril, a instalação de indústria na Península de Setúbal e a proximidade ao mar e a incapacidade de resposta à procura de habitação, bem como a inexistência de qualquer



enquadramento jurídico-legal nesta matéria, foram fatores preponderantes para a disseminação deste fenómeno dos “clandestinos”. Neste contexto muitos foram os que sendo proprietários, retalhavam e venderam terrenos em situação ilegal.

A dinâmica da reconversão destas áreas só teve o seu início a partir de meados da década de 1980, através de processos de gestão bipartidos, entre a Câmara Municipal e as Comissões de Proprietários que se foram constituindo. Foi esta prática que contribuiu para a criação em 1995 da chamada Lei das AUGI – Áreas Urbanas de Génese Ilegal.

Em Almada, à imagem de outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, podem identificar-se três tipos de áreas de génese ilegal:

- Áreas de génese ilegal constituídas por lotes autónomos, fruto de destaques sucessivos de um determinado prédio, sem obras de infraestruturas ou com obras precárias, que se denominaram como Núcleos de Lotes Destacados.
- Áreas de génese ilegal fruto da venda de prédios em avos indivisos, prevalecendo a compropriedade; na sua grande maioria estas áreas não eram infraestruturadas ou as obras existentes limitavam-se à abertura de caminhos para acesso aos “lotes”.
- Áreas onde coexistem as duas situações no mesmo prédio.

Os instrumentos urbanísticos utilizados para o desenvolvimento dos processos de reconversão passaram na sua maioria pelo licenciamento de operações loteamento e/ou licenciamento de obras de urbanização, respetivamente nas áreas em avos indivisos e nos núcleos de lotes destacados, tendo-se optado pela elaboração de planos de pormenor em casos muito pontuais.

Estima-se uma área total para reconversão correspondente a 950 hectares, correspondente a aproximadamente 16.800 parcelas ou lotes.

Nos núcleos de lotes destacados, a Câmara Municipal assumiu na maioria dos casos a sua infraestruturização, pois tornou-se mais difícil a constituição de Associações de Proprietários. Estes entendiam que “estavam legais” porque os seus lotes tinham registo predial. Estas áreas encontram-se quase totalmente servidas por infraestruturas básicas.

Nos casos das áreas em avos indivisos em regime de compropriedade, os proprietários organizaram-se para poderem desenvolver os processos de licenciamento das operações de loteamento, essencial para, após a emissão do alvará, poderem proceder à divisão da coisa comum (constituição e registo dos lotes).

Globalmente foram emitidos 186 alvarás numa área total abrangida (432,2ha), desde o início do processo de reconversão urbanística das AUGI.

De todas as áreas de reconversão encontram-se ainda por reconverter cerca 137 hectares correspondentes a 2.328 parcelas.

Para esta situação de território ainda não reconvertido contribuem fatores fundamentais, como:

- Dificuldades económicas dos proprietários;



- Localização em áreas com fortes condicionantes paisagísticas e ambientais – Reserva Ecológica Nacional, Área Protegida da Arriba Fóssil, e existência de linhas de água;
- Desmotivação dos proprietários por se tratarem de processos normalmente longos, que implicam interferências nas suas propriedades (demolição, recuo de muros, realocação de lotes), encargos financeiros de urbanização e forte coesão entre todos;
- Necessidade destes processos terem que aguardar a execução de vias estruturantes para o território onde se inserem.

Assim, considerando as áreas urbanas de génese ilegal onde houve a divisão ilegal do solo, com um total de 10.377 parcelas, excluindo os núcleos de lotes destacados, 8.049 estão abrangidas por alvará de loteamento e reconvertidas correspondendo a 77% o território já convertido no Concelho, permanecendo 2.328 parcelas por reconverter.

Todos os processos de reconversão resultaram e resultam de um trabalho de parceria entre a Câmara Municipal e os proprietários, constituídos em Associações ou Comissões e numa relação de trabalho muito próxima entre técnicos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada na Sessão referente ao mês de junho de 2017, delibera:

1. Saudar todo o trabalho desenvolvido ao longo dos anos pela Câmara Municipal de Almada e pelas Comissões e Associações de Proprietários com vista à reconversão de territórios de génese ilegal.
2. Saudar o exaustivo trabalho desenvolvido pelas equipas técnicas municipais, que nos permite hoje uma caracterização detalhada e clara da situação das AUGI no concelho.
3. Salientar o papel determinante das Associações e Comissões de Proprietários que na sua esmagadora maioria, de forma voluntária têm contribuído para a resolução de muitos problemas e assumido a liderança dos processos de reconversão urbanística num quadro de muitas dificuldades económicas e sociais.
4. Reafirmar a importância deste trabalho em parceria no sentido de continuar os processos de reconversão dos 33% do território de génese ilegal ainda existentes.
5. Valorizar e incentivar o trabalho que a Câmara Municipal de Almada, os proprietários e as suas equipas técnicas, terão que continuar a desenvolver em articulação com outras entidades da administração central na resolução das AUGI que se encontram em território ambientalmente sensível, nomeadamente condicionantes de Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional, linhas de água, entre outros.
6. Considerar que o município possa desenvolver trabalho no sentido de contribuir com as outras autarquias, e administração central nas suas dimensões executiva e legislativa, para a procura de soluções legislativas para a reconversão nos territórios mais complexos.
7. Reiterar a importância desta área de trabalho se manter como uma das prioridades de intervenção municipal no território, proporcionando melhores condições de vida às populações, qualificando a paisagem e contribuindo para uma ainda melhor imagem do nosso concelho.”

7.8.3.2 – Moção/Deliberação de Saudação à dinâmica das Áreas de Reabilitação Urbana



A reabilitação urbana tem vindo a assumir crescente papel na transformação e qualificação do edificado no tecido urbano consolidado respondendo a uma forte necessidade de reabilitar edifícios com muitos problemas.

A criação das áreas de reabilitação urbana – ARU, agora chamadas operações de reabilitação urbana – ORU, têm-se revelado importantes instrumentos de estímulo à iniciativa dos particulares para reabilitarem os seus edifícios.

Em Almada, os munícipes para além de todos os benefícios fiscais de que podem usufruir por via direta da Lei, recebem ainda uma comparticipação financeira municipal, situação única no País.

A primeira ARU criada no nosso Concelho foi em Cacilhas (Maio de 2011), sendo esta também a primeira ARU a ser criada em Portugal. Seguiram-se-lhe Almada, Trafaria, Pragal, Caparica, Cova da Piedade, Porto Brandão, e será aprovada nesta mesma sessão da Assembleia Municipal, a ARU da Sobreda.

Até ao momento regista-se um investimento privado de cerca de 10 milhões de euros e um investimento municipal de 650.000,00 euros no edificado reabilitado. Foram intervencionados 56 edifícios e 569 fogos, dos quais 161 estavam devolutos antes da intervenção.

A reabilitação urbana tem contribuído para a revitalização dos chamados centros históricos das freguesias, para a melhoria da qualidade de vida no espaço privado e no espaço público das pessoas.

Estes territórios aumentaram a sua capacidade de atracção e permitiram a instalação de novos moradores e agentes económicos, sociais e culturais, nomeadamente jovens.

O espaço público tem-se vindo a tornar mais atrativo e mais capaz de fomentar as sociabilidades, o convívio, o lazer, o turismo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada na sua Sessão referente ao mês de junho de 2017, delibera:

1. Saudar a Câmara Municipal de Almada pela dinamização das Áreas de Reabilitação Urbana e pela forma como esta intervenção tem permitido construir os processos com as populações.
2. Saudar os particulares que têm investido e apostado na reabilitação do edificado e contribuído para qualificar a imagem da cidade e melhorar a qualidade de vida dos munícipes.
3. Reiterar a importância do trabalho de parceria entre a Câmara Municipal de Almada e os privados na reabilitação e regeneração do Concelho, contribuindo desta forma para o desenvolvimento local, criando novas dinâmicas, revitalização dos territórios envelhecidos e degradados, abrindo perspectivas de mudança e transformação na vida dos munícipes.
4. Reafirmar a importância de continuar o trabalho e reflexão sobre a criação no futuro de novas Operações de Reabilitação Urbana no Concelho de Almada.”

7.8.3.3 – Moção/Deliberação Promover a coesão social pela intervenção cultural

O processo de integração de comunidades que, por razões de natureza económica, vivem em condições de maior vulnerabilidade, vivenciando no quotidiano ambientes deprimidos e sem as condições de qualidade e conforto exigíveis a uma sociedade moderna e avançada própria do século



XXI, tem vindo a ser claramente assumido como prioridade da intervenção municipal ao nível das responsabilidades próprias em matéria de ação social.

São diversos os programas que traduzem no terreno o empenho municipal na criação das necessárias condições para a melhoria das condições de vida e de habitabilidade destas populações mais desfavorecidas, assumindo particular relevo a intervenção desenvolvida junto das comunidades instaladas nas Terras da Costa, na Costa da Caparica, e no 2º Torrão, na Trafaria, traduzida no desenvolvimento de múltiplas ações concretas que vêm concorrendo para, ainda que de forma transitória e até que se encontrem reunidas as condições para adoção de soluções definitivas, melhorar objetivamente as condições de vida daquelas populações.

A instalação de uma cozinha comunitária e o fornecimento de água através de um chafariz de acesso público nas Terras da Costa, ou a celebração de um contrato que garante o abastecimento de energia elétrica no 2º Torrão, são, entre outras, ações levadas a cabo em articulação e cooperação com as respetivas Associações de Moradores que constituem exemplos do esforço municipal emprestado a esta área de atividade específica.

Esta tem sido uma intervenção que revelando uma frente de intervenção na melhoria das condições físicas de habitabilidade bem evidente, é igualmente acompanhada pelo desenvolvimento de iniciativas no domínio da promoção e usufruto culturais, numa perspetiva de melhoria das condições de integração e coesão social também pela via do conhecimento e do saber.

O desenvolvimento do Projeto do “Sai e Age”, ou do projeto “Odisseia”, ou ainda a participação dos cidadãos instalados naquelas áreas deprimidas do território do nosso Concelho em múltiplas iniciativas culturais, da música ao teatro, passando pela atividade física e o desporto, são exemplo desse trabalho de inclusão pela cultura e pelo conhecimento que acompanha, intimamente, as medidas de introdução de melhorias físicas e de habitabilidade naquelas áreas.

Esta postura municipal relativa às zonas mais deprimidas é replicada, em termos mais gerais, na atividade global do Município.

São inúmeros os exemplos de ações que consagram a promoção pelo Município de oportunidades de participação e inclusão de todos os cidadãos e comunidades que partilham o território do Município. O Monumento à Multiculturalidade e o Planisfério da Multiculturalidade, ambos instalados na Freguesia da Caparica, são exemplos eloquentes da importância atribuída pela autarquia à promoção da integração social pela via da expressão cultural, como são igualmente as centenas de iniciativas de maior ou menor dimensão desenvolvidas em particular junto dos mais jovens, alunos das escolas do 1º ciclo do ensino básico que se replicam ao longo do ano e todos os anos no nosso Concelho.

Almada oferece, a partir deste ano de 2017, um novo espaço de encontro entre as múltiplas formas de expressão do conhecimento, linguística e cultural que coabitam o território: o “Entrança”, um festival dedicado à multiculturalidade, que conheceu a sua primeira edição no último fim de semana do passado mês de Maio, promovido e produzido pela Câmara Municipal de Almada e pela Junta das Freguesias de



Caparica e Trafaria, em cooperação e parceria com 25 instituições e coletividades do nosso Concelho, que desenvolvem trabalho e atividades no domínio da ação cultural e social.

O “Entrança”, realizado no Centro Cívico do Fróis, na Caparica, um espaço urbano ele próprio concebido para se constituir como âncora do processo de integração e coesão social desenvolvido no nosso Concelho, foi amplamente participado pelos moradores desta área do Concelho, designadamente na construção do “Mastro Entrança”, novo elemento de arte pública em torno do qual poderão reproduzir-se danças tradicionais e outras atividades, e proporcionou aos visitantes mais de 40 diferentes atividades e iniciativas, que passaram por ouvir contadores de histórias, lançar papagaios ao vento, caminhar por azinhagas, participar em oficinas de percussão, assistir a espetáculos de humor mudo, provar gastronomia diversificada, desenhar, pintar e dançar.

O Festival Entrança traduz, por isso, uma nova oportunidade para consolidar um processo de promoção da sã convivência entre todas as comunidades almadenses, aprofundando uma estratégia de investimento permanente nessa convivência pela promoção de projetos artísticos de participação comunitária cujo fito último assenta, precisamente, na afirmação da cultura e do usufruto de bens culturais como fatores essenciais e determinantes para a promoção de uma cada vez mais harmoniosa e sólida coesão e integração social.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada em Sessão Ordinária realizada em 29 e 30 de junho de 2017, delibera:

1. Saudar vivamente todas as comunidades das mais distintas origens culturais que partilham o nosso Concelho, reconhecendo na diversidade que representam uma extraordinária riqueza cultural, social e humana de que o Município de Almada se orgulha.
2. Saudar a Câmara Municipal de Almada pela política e prática de promoção da coesão social e integração comunitária desenvolvida a partir de uma visão que associa a componente física e material das condições de habitabilidade à promoção e aprofundamento do saber e do conhecimento enquanto fatores determinantes para a melhoria global das condições e qualidade de vida das populações.
3. Saudar a Câmara Municipal de Almada e a Junta da União de Freguesias da Caparica e Trafaria pela iniciativa de organização e concretização do Festival Entrança, momento de extraordinário significado para o aprofundamento do diálogo, conhecimento, entreajuda e cooperação entre as comunidades com distintas origens culturais e étnicas que partilham o espaço do território municipal.”

7.8.4 – O Sr. Deputado Municipal Luís Palma – Presidente da União da Junta das Freguesias de Laranjeiro e Feijó:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.8.4.1 – Moção/Saudação Ao “Dia Nacional das Coletividades e à Dirigente Madalena Mota

Com o salão do novo edifício da Assembleia da República completamente cheio, comemorou-se no passado dia 31 de maio o 93.º Aniversário da Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD).



Consequência da luta do Movimento Associativo, dos seus dirigentes e associados, este dia consagra a importância deste sector social voluntário, pilar fundamental da nossa sociedade que muito tem contribuído para o desenvolvimento do país na formação cultural e desportiva das populações. Este momento permite também a reflexão coletiva do trabalho realizado pelas estruturas associativas e reivindicar justas medidas de apoio por parte do poder central a um movimento social que envolve milhares de ativistas.

Nesta ocasião foram também reconhecidos dirigentes associativos que ao longo da sua vida tem dedicado muito do seu tempo e conhecimento ao serviço das coletividades e da formação cultural e desportiva. Na Categoria “Galardão Valor e Exemplo” foi distinguida a dirigente e treinadora Madalena Mota pelo seu empenho e dedicação na promoção dos valores associativos, desenvolvimento de atividades e dinamização de projetos do Movimento Associativo Popular.

Madalena Mota, natural da Freguesia de Espírito Santo, Concelho de Mértola, Distrito de Beja, veio estudar aos onze anos para o Liceu D. Filipa de Lencastre, em Lisboa, iniciando a sua atividade profissional nos primeiros anos da década de 70 como empregada de escritório na Império da Beira Automóveis e mais tarde na Companhia Carris de Ferro de Lisboa. Em 1981 adquire um terreno na Quinta da Saudade, na Charneca da Caparica, e estabelece a sua relação com a coletividade local, o Clube Recreativo Amigos da Quinta da Saudade, onde exerce a função de seccionista de atletismo. Em 1992 é uma das fundadoras do clube Amigos do Atletismo da Charneca da Caparica, onde desempenha o cargo de Presidente da Direção, Treinadora e Responsável Técnica. Por si têm passado vários atletas com reconhecidos resultados de mérito no panorama desportivo nacional, razão pela qual levou o Município de Almada a atribuir-lhe em 2016 a Medalha de Prata e Mérito e Dedicação. Madalena Mota desempenhou também tarefas sindicais na Carris e é eleita na Assembleia de Freguesia da Charneca da Caparica.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária nos dias 29 e 30 de junho de 2017 delibera:

1. Saudar a Dirigente e Treinadora Madalena Mota pelo reconhecimento obtido no Galardão Valor e Exemplo, atribuído pela Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto;
2. Manifestar à Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, à Associação de Coletividades do Concelho de Almada e a todo o Movimento Associativo Popular Almadense o reconhecimento da importância do seu papel social, cultural, desportivo, recreativo e formativo junto das populações.”

7.8.4.2 – Moção/Saudação “pela Inauguração da nova sede nacional da Associação de Oficiais das Forças Armadas na Trafaria

No passado dia 29 de abril foi inaugurada a sede nacional da Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), momento de celebração para a Família Militar, para o Município de Almada e para a Freguesia de Trafaria.



Coincidindo com o 25.º Aniversário da AOFA, a ambição inscrita no programa eleitoral dos atuais corpos sociais, a de encontrar local para instalar a sua nova sede nacional, foi possível devido ao empenho dos dirigentes da associação militar, mas também pela determinação que estes reconhecem ao Município de Almada e à União das Freguesias de Caparica e Trafaria que desde os primeiros contactos manifestaram disponibilidade para localizar um novo espaço e nele criar todas as condições de instalação que permitissem o desenvolvimento do trabalho a que se propõe a AOFA.

Caracterizada pela sua organização, dinamismo, dedicação e coesão assente em princípios, valores e ideais em prol dos Militares e das suas Famílias, mas também em relação direta e comprometida com a Sociedade, a AOFA assume com a inauguração da nova sede social uma oportunidade para continuar a desenvolver de forma cada vez mais eficaz a sua atividade, pela disposição de mais meios, mais espaços e mais apoios em resultado do serviço que pode prestar aos seus Associados, ao mesmo tempo que manifestam disponibilidade para interagir com as populações, num concelho de forte dinâmica cultural e desportiva, e sobretudo com laços muito fortes e históricos com a Instituição Militar.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária nos dias 29 e 30 de junho de 2017 delibera:

1. Saudar a instalação da nova sede nacional da Associação de Oficiais das Forças Armadas, na Trafaria, Concelho de Almada;
2. Manifestar reconhecimento à Associação de Oficiais das Forças Armadas pelo seu importante papel junto da Família Militar e mais-valia no contexto das dinâmicas atuais e projetos futuros para a Freguesia da Trafaria.“

7.8.5 – A Sr.ª Deputada Municipal Joana Mortágua (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu antes de entrar nesta Moção, queria apenas referir-me à proposta de Moção que o Bloco de Esquerda retirou, porque apesar de o termos feito queríamos manter nela uma recomendação informal à Câmara.

A Câmara tem obviamente como é de Lei a responsabilidade de fazer um conjunto de instrumentos de ordenamento e de gestão da Proteção Civil, por outro lado a gestão da floresta e dos recursos de defesa da floresta contra incêndios. Nós apercebemo-nos neste processo recente com infelicidades trágicas, que a questão da segurança das populações depende muito da gestão do território, não só da gestão do combate aos incêndios, mas também da gestão do território na prevenção dos incêndios e que há uma questão de confiança na gestão desta sensação de segurança que as populações têm. Neste âmbito existe um destes instrumentos que é o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, este Plano Municipal está publicado no site da Câmara Municipal e nele pode ler-se que o Plano tem um carater evolutivo e o seu prazo de vigência atual é de 2012 a 2016. Estou a ler o que está escrito no Plano de Emergência Municipal. Foi tendo em conta isso e tendo em conta a informação que está disponibilizada no site da Câmara e aquela que nos chega enquanto representantes nesta Assembleia Municipal que o Bloco de Esquerda recomendou a atualização destes instrumentos.



Tivemos entretanto a informação dos Serviços de que já se desencadeou o processo de atualização destes instrumentos. A recomendação que nós deixamos à Câmara é que se já em curso ou desencadeada a atualização dos instrumentos, que por favor atualize também o site da Câmara Municipal para que a população também tenha acesso à informação sobre, não só os instrumentos que estão aprovados, os Planos e os Planos Operacionais, mas também os processos de revisão que estão em curso.

Relativamente à precariedade laboral na Administração Local, foi hoje aprovado em Conselho de Ministros a Lei que vai ditar a forma como os precários da Administração Pública vão ser integrados através PREVPAP, essa Lei tem uma referência às Autarquias Locais, nós sabemos que o desafio do combate à precariedade neste país é um desafio imenso, porque a precariedade é um flagelo laboral que afeta centenas de milhares de trabalhadores e sabemos também que a precariedade está associada não só a uma segurança na vida e uma estabilidade na vida inexistente, mas também a salários baixos. E é por isso que o combate à precariedade deve ser feito de forma global, deve ser feito no privado, deve ser feito na Administração Central, deve ser feito também na Administração Local.

Nós sabemos e a Câmara tem-nos dito, que a Câmara Municipal de Almada tenta pugnar por uma política responsável relativamente aos vínculos que tem com os seus funcionários e relativamente à precariedade. Aquilo que nós propomos por isso, é apenas que se faça um levantamento de vínculos que existem, como aconteceu no diagnóstico dos vínculos que o Estado fez, faça um levantamento de vínculos para que nós saibamos que tipo de vínculos é que existem na Câmara Municipal de Almada e essa informação seja disponibilizada apenas para uma sensibilização pública da necessidade de que as autarquias enquanto entidades públicas tenham um papel no combate à precariedade dando o exemplo, ou noutros casos que nós também conhecemos dando um mau exemplo para ele ser combatido, mas que essa informação seja pública e seja do conhecimento de todos, é isso que nós recomendamos, só isso, um levantamento de vínculos, um diagnóstico da situação laboral da Câmara, também com certeza nas Uniões e nas Freguesias, para que ele possa ser disponibilizado a todas e a todos.”

7.8.5.1 – Moção/Deliberação de “Atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O flagelo dos incêndios florestais continua a atingir o país, culminando nos trágicos acontecimentos no concelho de Pedrogão Grande.

O problema, no entanto, é mais vasto do que a tragédia recente, e assola o país todos os anos. A área ardida em todo o continente entre 1 de janeiro e 15 de outubro de 2016, num total superior a 160.000 hectares, ultrapassou mais do dobro da média da última década.

Em 2017, de acordo com dados do ICNF, os incêndios florestais registados até 15 de junho (não incluindo ainda os fogos devastadores na zona Centro do país), já apontavam para mais 32% de ocorrências e mais 58% de área ardida relativamente à média dos últimos dez anos.

A legislação prevê um Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), que vêm operacionalizar e implementar a Estratégia Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios ao nível municipal, no sentido de promover a gestão ativa da floresta e a gestão dos combustíveis florestais,



reforçar as estruturas de defesa da floresta contra incêndios e de combate, educar e sensibilizar para a defesa da floresta contra os incêndios e para o uso correto do fogo, adotar estratégias de recuperação de áreas ardidas, e reforçar a vigilância e a fiscalização. A operacionalização das ações de vigilância, deteção, fiscalização, 1.^a intervenção e combate em particular, é concretizada através de um plano operacional municipal (POM).

O PNDFCI assume os períodos de 2006 a 2012 e de 2012 a 2018 como as metas para o desenvolvimento das políticas sectoriais e para a concretização dos objetivos e ações propostos, segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de maio.

Consequentemente, como se pode ler no PMDFCI do Município de Almada, este “tem um carácter evolutivo, em que o conhecimento da realidade de cada município deve ser refletido ao longo do tempo, sendo o seu prazo de vigência atual o período 2012-2016, dentro do qual o POM deverá ser avaliado e revisto anualmente.”

No âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2012 – 2016 do Município de Almada, elaborado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, foram aprovados dois Planos Operacionais Municipais, em 2012 e em 2013.

Estando todos estes instrumentos fora do período de vigência previsto na sua elaboração, e tendo em conta o carácter evolutivo do território e a possível modificação dos fatores de risco, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária em 29 e 30 de junho de 2017, delibera recomendar ao executivo que proceda às atualizações necessárias dos instrumentos municipais de implementação da Estratégia Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.”

7.8.5.2 – Moção/Recomendação de “Combate à precariedade laboral na Administração Local

Considerando que:

O combate à precariedade laboral, enquanto política pública, implica que o Estado seja exemplar nesse combate nas suas relações laborais;

A Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento de Estado para 2016, no seu artigo 19.º previu o estabelecimento de uma estratégia nacional de combate à precariedade, limitada no entanto a um levantamento de todos os instrumentos de contratação utilizados pelos serviços, organismos e entidades da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado;

O artigo 25.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2017, desenhou os traços gerais da estratégia nacional de combate à precariedade, estabelecendo o final do primeiro trimestre de 2017 como meta para a apresentação dessa estratégia à Assembleia da República;

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro viria a definir o Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública;

A administração local, que havia sido excluída do levantamento previsto no artigo 19.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, passa a ser abrangida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro, nos termos do respetivo ponto 6 que estabelece que “a Direção-Geral das



Autarquias Locais procede, até 31 de outubro de 2017, a um levantamento junto das autarquias locais sobre todos os casos relativos a postos de trabalho nos termos referidos no n.º 2, por forma que as mesmas possam beneficiar, de acordo com as suas especificidades, dos instrumentos criados no âmbito deste programa”;

Entretanto foi publicada a Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio, que estabelece os procedimentos da avaliação de situações a submeter ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no setor empresarial do Estado;

A Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio não é aplicável às autarquias locais, nos termos do respetivo artigo 17.º;

Importa, desde já, proceder ao levantamento dos trabalhadores precários nas autarquias locais, independentemente da respetiva regulamentação e sem prejuízo das respetivas situações poderem desde já ser solucionadas com os instrumentos legais em vigor.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, delibera:

Recomendar à Câmara Municipal de Almada para que proceda ao levantamento de todos os instrumentos de contratação utilizados pelo Município de Almada, e pelas entidades compreendidas no respetivo sector empresarial local, identificando todos os vínculos existentes.”

7.9 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias do PSD requereu a suspensão dos trabalhos, que foi concedida.

7.10 - No debate dos documentos apresentados usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais: António Pedro Maco, Nuno Matias, Maria d’Assis, Carlos Guedes, Luísa Ramos, José Joaquim Leitão, João Geraldês, Joana Mortágua e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.10.1 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, nesta altura, neste ponto em que discutimos os documentos que são apresentados no período de antes da Ordem do Dia, o CDS gostaria de deixar aqui algumas considerações depois daquelas todas que já foram aqui dadas e deixadas relativamente aos Bombeiros que nós aqui presentemente saudamos.

Gostaria então de começar pelas Moções apresentadas pela CDU e enfim, estamos em fim de ciclo pelo menos eleitoral deste mandato, veremos como é depois. A maior parte das Moções que aqui são apresentadas pela CDU, o CDS-PP não pode estar mais discordante relativamente às posições que aqui são apresentadas e não podia ser de outra forma, como é evidente. Aliás, temos manifestado publicamente relativamente a algumas das matérias que são aqui apresentadas e começarei pela questão da segurança.

Como é evidente, pelo menos tem-se a noção, digamos assim, que a criminalidade participada tem diminuído constantemente ao longo dos últimos anos e portanto isso juntamente com as forças policiais, as forças de segurança são dados adquiridos. Agora, aquilo que o CDS-PP gostaria de deixar aqui, é que questões de segurança por vezes não são diretamente relacionadas com insegurança no Concelho,



leva a que os índices de segurança depois também não sejam aqueles que apareçam aqui relatados. E eu vou dar aqui algumas considerações relativamente também àquelas que são as responsabilidades da Autarquia, que têm a ver com a segurança, ou melhor com o sentimento de insegurança, que é a falta de iluminação pública em determinadas zonas, em determinados Bairros que ao fim ao cabo acaba por sitiar também as pessoas em casa, nomeadamente a partir de determinada hora, quer no final da tarde, quer também no início da manhã.

Depois também as ruas, conforme estão organizadas, os lixos, a falta de alguma higiene, os grafitis, a degradação também do edificado. Portanto, isso também torna o Concelho inseguro. Não queremos aqui com certeza tornarmo-nos numa voz alarmista, como é evidente, e nestas questões temos sempre, convém ter sempre algum cuidado, mas com certeza Sr. Presidente da Câmara, temos muitas situações de insegurança e sentimento de insegurança por parte de muitos almadenses e gostávamos que essa insegurança fosse também da responsabilidade, colmatar essa insegurança por parte também da Autarquia, e como é evidente todos os Grupos Municipais que pudessem fazer para que essa mesma situação fosse alterada.

Depois gostaria também, ainda nesta mesma questão lembrar que há cerca de poucos meses atrás, quatro, cinco meses atrás, a PSP de Almada teve alguns constrangimentos relativamente às suas viaturas, e portanto Sr. Presidente é uma situação grave, digamos assim, toda a gente teve conhecimento como é que os operacionais da PSP efetivaram os seus serviços, e portanto com viaturas degradadas, velhas e neste caso ultrapassadas, a segurança fica sem dúvida em risco.

Depois eu gostaria de fazer um pedido de esclarecimento aqui relativamente à CDU que é quem apresenta esta mesma Moção, que é relativamente quando há aqui indicação da necessidade da construção do Quartel da GNR do PIA o qual o CDS-PP está também de acordo. Fala também no reforço de requalificação do Quartel da Charneca de Caparica também o CDS-PP está de acordo. Agora, não faz aqui menção e nós temos uma posição perentória sobre isso, portanto entendemos que deve haver o Quartel, o novo Quartel da GNR da Caparica e portanto a encerrar o Quartel da Trafaria. Como ele não é aqui mencionado, eu gostaria de perguntar à CDU se a CDU entende que as condições neste momento do Quartel da Trafaria estão adequadas à operacionalidade dos Guardas da GNR, ou se então já mudaram de posição e também apenas pretendem é um novo Quartel da GNR no PIA, neste caso na Caparica.

Ainda relativamente à Segurança, o CDS-PP não pode deixar de alertar também a Segurança Rodoviária, Sr. Presidente. A Segurança Rodoviária é um dos problemas do Concelho de Almada e portanto é para ter também em atenção, e enfim, tomarmos posição para que a sinistralidade e também a potencial sinistralidade relativamente a passadeiras e outros constrangimentos que podemos encontrar sejam também resolvidos para que este Concelho seja verdadeiramente seguro.

Depois relativamente a Almada Solidária. Acho que o nome diz tudo à primeira, Almada Solidária. Mais vale tarde do que nunca, mas ao fim de quarenta e dois anos, quarenta anos, estarmos aqui a



apresentar apenas nesta altura, no ano 2017 a primeira grande intervenção ao nível de um evento da solidariedade, parece-nos a nós que é muito pouco para aquilo que se pretende.

Depois também ainda nesta situação, lembrar os valores que são neste caso, que são indicados para o Plano de Emergência Social, Sr. Presidente. Nós também entendemos que sejam poucos ainda para que possamos dizer que Almada é verdadeiramente e ainda hoje estiveram aqui munícipes e puderam demonstrar o contrário e há outros que demonstram também exatamente o contrário, mas isso também faz parte, mas entendemos que estas verbas que são alocadas em emergência social continuam a ser muito poucas para aquilo que se pretende.

Depois Sr. Presidente, lamento mas eu não posso, como é evidente, não posso perceber como é que se rejeita a Loja Social apresentada pelo CDS-PP neste Mandato; o Comissariado Contra o Desperdício Alimentar e também o Apoio Financeiro aos Jovens Casais, que o CDS-PP já Propôs, inclusivamente com um Regulamento e portanto também não foi aceite por parte da Câmara Municipal.

Depois também gostaria ainda de perguntar relativamente aqui a esta listagem que aparece na Saudação às entidades que estiveram presentes nesta homenagem, na Primeira Semana Social e como é evidente, aliás o CDS-PP vai solicitar a votação diferenciada, mas gostaria de perguntar à CDU e porque quem não sabe pergunta, não consta aqui nesta listagem a REFOOD. Eu queria saber se não foi convidada, se não quiseram participar, se foi um lapso nesta listagem, gostaria que a CDU titular do documento nos pudesse dar estas considerações.

Relativamente à Reabilitação Urbana, Sr. Presidente, o CDS-PP tem um requerimento, é o requerimento Nº 22, ao qual estariam aqui muitas respostas às perguntas que o CDS fez, o requerimento ainda não foi respondido, portanto não estamos neste caso em condições de responder, dar um aval a esta mesma Moção.

Em relação à Promoção da Coesão Social, como é evidente nós o CDS-PP concorda com tudo aquilo que seja feito para a coesão social e para aquilo que tenha a ver, tudo com a integralidade, digamos assim, de todos os quadrantes da sociedade. Agora, Sr. Presidente quando estamos aqui a falar da coesão social e não estamos a pôr em causa aquele trabalho que tem sido feito por exemplo nas Terras da Costa, com a Cozinha Comunitária, não estamos a pôr isso em causa. Agora, Sr. Presidente esta coesão social começa com a resolução por exemplo dos Bairros das Terras da Costa e o Sr. Presidente apesar de dizer o contrário, é da responsabilidade da Autarquia, Sr. Presidente também é da responsabilidade da Autarquia e também é da responsabilidade do Estado. Agora tem que haver entendimento e é aquilo que o CDS-PP entende que não tem havido. Não tem havido entendimento e por culpa também dos diversos Governos que não têm investido neste Concelho, aí também é a culpa dos diversos Governos, mas Sr. Presidente, se me permite tem havido uma voz muito pouco forte e muito pouco interessada, digamos assim, para que este Concelho realmente tenha uma revitalização, um desenvolvimento muito maior que realmente todos nós precisamos, todos nós entendemos.

Relativamente ao Sol da Caparica, neste caso o CDS-PP está de acordo e sempre esteve, aliás há muito tempo que o CDS-PP vem antes de este Festival estar concretizado a pugnar para que ele



aconteça. Agora eu li bem a Moção e Sr. Presidente temos que ter atenção, porque o Sol da Caparica está muito centrado no recinto do Festival. Portanto, nós falamos com outros promotores, falamos com operadores turísticos, falamos com a população da Costa da Caparica e o que eles dizem é que está muito centrado e poucas mais valias traz para a restante Costa da Caparica, e penso que não é isso que se pretende, Sr. Presidente, pretendemos uma Costa da Caparica verdadeiramente desenvolvida, acho que é isso que nós todos aqui estamos a fazer, uns mais, outros menos, cada um tem as suas vias, os seus meios para lá chegar. Portanto eu penso que temos aqui uma grande perola que é a Costa da Caparica, aliás todo o Concelho é uma perola que está aqui em bruto, Sr. Presidente eu penso que é a altura mesmo de mudarmos esta situação.”

7.10.2 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, em relação ao documento dois, Moção da CDU sobre Segurança, gostaríamos desde já solicitar a votação em separado dos considerandos e da parte deliberativa, porque se os dados que aqui são transcritos são factuais a interpretação dos seus dados, até porque nalguns casos não caracterizam aquilo que é criminalidade violenta e grave daquela que não é grave e da sua evolução e do seu aumento ou recuo nessa vertente, não transfigura nem apresenta de forma fidedigna tudo aquilo que tem sido a evolução do capítulo da segurança no Concelho de Almada. Se há dados positivos, nós associamo-nos a eles, associamo-nos também na parte deliberativa às reivindicações de reforço de infraestruturas e também de meios humanos, sempre o fizemos, mesmo quando no Governo tínhamos essas responsabilidades e procurámos também sensibilizar como sabe os nossos Governos para isso mesmo, e portanto iremos acompanhar essa parte deliberativa, entendemos que há aqui um conjunto de considerandos que importaria aprofundar mais e ter em conta o porquê, porque às vezes realmente a falta de vida nas nossas ruas conduz a alguns fenómenos de insegurança.

Em relação ao documento seis, também da CDU, iremos votar favoravelmente, sobre a Solidariedade a Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários.

Iremos também votar a favor da Moção da CDU, sobre a Primeira Semana Social, mas dar também aqui nota, já aqui foi dito, a Semana Social é bem vinda apesar de se calhar ser tarde, mas há muito que se pode fazer pelo social, pela ação social, pela intervenção social e de inclusão social e profissional no Concelho de Almada, e se calhar aquilo que se procura refletir nesta semana, nas iniciativas que são organizadas e que são apresentadas aos cidadãos, são passos que sempre que são dados, são positivos, se calhar não são tão ambiciosos como poderiam ser, mas ainda assim saudamos a iniciativa, tarde ou cedo foi feita e portanto merece a nossa aprovação e apoiamos a sua realização.

A Moção doze também da CDU sobre Coesão Social, iremos votar favoravelmente apesar de deixar claro que o conjunto de atividades descritas em dado momento na Moção, também nos deve fazer refletir sobre o tipo de ação social que devemos desencadear em Almada, para evitar que estes processos de coesão também sejam mais eficientes e eficazes.



Portanto nós estaremos cá para contribuir para que esta coesão se faça de forma mais ambiciosa e com mais resultados.

Iremos também votar favoravelmente a Saudação do documento treze sobre o Dia das Coletividades. Irei-nos abster no documento catorze, não porque não estejamos de acordo que a Câmara, à semelhança do que outras fazem, procure encontrar soluções para as sedes de coletividades e de associações representativas, nada há a apontar, mas quem conduziu este processo à aquisição deste imóvel sabe, e esta discussão foi bastante pormenorizada nesta Assembleia, apesar das informações ainda hoje não serem pormenorizadas para estes Deputados Municipais, aquilo que é verdade é que aquele imóvel custou duzentos mil euros ao Município ainda hoje sem que se saiba quem é que valorizou essa transação, mas havemos de lá chegar mais à frente nesta ordem de trabalhos, e ninguém explicou que essa aquisição era para a instalação desta coletividade ou desta associação, e também aqui não é descrito se por ventura há outro projeto pensado, em que termos, qual é o calendário de execução, que orçamento é que envolve e para quando. E por isso, sem deixar de saudar a instalação da Sede Nacional da Associação de Oficiais das Forças Armadas, na Trafaria, saudamos, mas abtemo-nos em relação à localização, porque em relação à localização há muita coisa que deve ser explicada tão rápido quanto possível.

Em relação ao documento dezoito do Bloco de Esquerda, sobre a Precariedade laboral na Administração Local, iremos votar favoravelmente.

E entramos agora aqui em três Moções que me permitiria classificar como aquela fase do campeonato onde se aproxima eleições e vamos fazer de conta que isto correu tudo bem. Vamos dizer aos almadenses que isto correu tudo bem, que os resultados foram espetaculares e, vejam lá o que é que conseguimos fazer.

Primeiro exemplo, Festival Sol da Caparica. A CDU deu-se ao trabalho de saudar aquilo que todos nós saudamos, aliás eu acho que todas as bancadas desta Assembleia propuseram e votaram a realização de um Festival de Verão no Concelho de Almada. O PSD propôs. E portanto nós saudamos a existência do Festival Sol da Caparica. Mas Sr. Presidente, depois achar que o facto de discorrer aqui um conjunto de argumentos, até veja-se que isto era para dar prejuízo, nunca foi para dar lucro, e então justifica-se ou tenta-se passar por cima do facto de ser um evento que custa 1.3 milhões de euros, 1.3 milhões de euros aos cofres municipais, que dá um prejuízo de 744 mil euros. 744 mil euros. E acham que isto é motivo para saudar uma boa ideia que se transformou num mau negócio e num sorvedor de dinheiros públicos? Eu percebo que a CDU queira a três meses de eleições fazer de conta que isto não é usurpar dinheiro público, mas isto é uma vergonha, é uma vergonha. E eu gostava que alguém tivesse a coragem de apresentar publicamente todas as despesas, a começar por quem produz o Festival e que é pago principescamente, e que aliás ao contrário daquilo que foi pedido pelo PSD, ainda hoje não sabemos porque é que foi contratado, que características diferenciadas é que levam a que se pague a essa empresa quase 75 mil euros? E nós vamos saudar a solução, o modelo desastroso e ruinoso? Sr.



Presidente, conosco PSD a seriedade acima de tudo. Nós saudamos a solução do Festival, repudiamos o modelo que foi encontrado.

Mas depois porque a CDU também acha que correu tudo bem nas AUGI, vai fazer aqui um Relatório que pensa responder àquilo que nós todos já temos feito ao longo do Mandato, que foi quantas AUGI é que havia em 2013, quantas AUGI é que existem em 2017? Nós não sabemos apesar de já termos perguntado várias vezes quantos processos é que foram resolvidos, aquilo que vemos ao ler esta saudação, ao suposto êxito do trabalho da CDU, é que um terço das AUGI no Concelho de Almada, ao fim de trinta anos ainda não estão resolvidas. Não estão resolvidas. Podem dizer que há muitas dificuldades, nem sempre tem sido possível encontrar as soluções com os moradores, tudo muito bem. Mas ter a coragem de apresentar supostamente factos do sucesso de um processo que dura há trinta anos e que neste Mandato apesar dos nossos esforços para saber o que se passou ainda não sabemos de forma concreta, eu diria que é bom se calhar para as hostes da CDU dizer “vejam lá até nisto fomos espetaculares”, mas os resultados e as queixas que ouvimos dos moradores dessas AUGI desmentem categoricamente esta suposta saudação e este suposto êxito.

Para terminar, o documento décimo, sobre as ARU. Lá está mais um bom exemplo em como nós PSD apoiamos a medida, reparem nós apoiamos a medida e sempre dissemos, veja-se está aqui um bom exemplo de como se pode pegar em instrumentos de requalificação do nosso território, em que a Câmara pode intervir e tentar criar fatores de sensibilização, de cativar o investimento dos moradores e dos investidores, mas tem que ser criativa para incentivar taxas de realização realmente positivas e veja-se, não é preciso agora dar a opinião própria.

Nós vamos discutir, em princípio amanhã, três Relatórios que dizem o seguinte, Trafaria quantos edifícios no perímetro da ARU: 407. Quantas candidaturas aprovadas: 33. 407, 33. Isto é uma taxa de realização de grande sucesso? Almada, edifícios no perímetro da ARU: 505. Candidaturas aprovadas: 26. Sr. Presidente, com todo o respeito e estima pessoal, isto não é um sucesso, é um bom instrumento que poderia ser mais ambicioso e não envolve as pessoas e leva a que a taxa de realização seja no mínimo sofrível. Eu não vou falar na Cova da Piedade, porque é a mais recente, tem resultados também baixos, mas estamos a falar de uma ARU mais recente, não vamos avaliar seis candidaturas aprovadas, porque estamos a falar ao fim de um ano de realização. Mas Almada e a Trafaria não é o caso. Nós vamos como sempre acompanhar os dados que aqui são apresentados, nada a opor, vamos continuar a incentivar estas medidas, porque entendemos que são justas e são boas para incentivar o investimento, que não pode só ser feito pela Câmara, obviamente. Mas a Câmara gasta dinheiro tão mal gasto, e veja-se os 744 mil euros de prejuízo no Sol da Caparica, que se formos a ver, gastou-se mais num prejuízo de um ano do Sol da Caparica do que no apoio completo das ARU. E isto é também um bom exemplo do sucesso deste Mandato. E portanto, nós percebemos que a CDU tenha optado por fazer aqui um número que é dizer, vejam lá, temos aqui uma série de Moções que dizem nós somos diferenciadores e conseguimos ter coisas espetaculares. O problema é que se nós fossemos fazer o conjunto da Moções sobre os temas relevantes para o Concelho e para os almadenses, se calhar três



Moções seria aquilo que seria apresentado sobre quase cada tema, tantos são aqueles que passaram ao lado. Veja-se, atração de investimento, desenvolvimento da Frente Ribeirinha, desenvolvimento da Frente Atlântica, mobilidade e acessibilidades, limpeza e requalificação do espaço público, mesmo no apoio social muito ficou por fazer. E portanto, da mesma forma que a CDU grita asannas com três Moções a dizer que tanto foi feito, eu convidava a CDU também a pensar em tanto que não foi feito. Aliás, não é preciso ir muito longe, ouça-se alguns dos cidadãos que nas últimas Assembleias se têm deslocado aqui para apresentar problemas e que nalguns casos dizem, eu há muito tempo que já fui à Câmara, mas não tive resposta. E portanto, o problema é exatamente este, é que enquanto alguém se entretém a fazer estes documentos, a avaliar um suposto êxito que é muito técnico e mais político, na realidade na prática a vida dos almadenses em quatro anos pouco mudou e a Câmara pouco contribuiu para que tivesse mudado para melhor.”

7.10.3 – A Sr.^a Deputada Municipal Maria d’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu irei falar um pouco sobre a Moção-Deliberação Promover a Coesão Social pela Intervenção Cultural. De facto relativamente a esta Moção não haja dúvidas que ao nível das Terras da Costa e do 2º Torrão por via de várias candidaturas da rede solidária e algumas até da iniciativa privada ao qual não posso deixar de dizer que a Câmara se tem associado e tem havido uma boa articulação, de facto estes dois territórios que são territórios de géneses ilegal e que já existem no Concelho há mais de vinte anos, têm tido neste momento um trabalho não só na área da intervenção cultural, mas também ao nível do apoio a famílias, ao nível da formação, emprego, empreendedorismo e ao nível do enquadramento da população e das associações locais. Não obstante eu reconhecer por via de uma série de candidaturas e de projetos que decorrem de várias instituições, ao qual não posso deixar de dizer a Câmara se tem associado e até tem tido um papel de articular esta intervenção de uma forma mais articulada. Não posso deixar de dizer que relativamente às questões da qualidade de vida ainda muito está por se fazer. Se de facto nas Terras da Costa houve a instalação da Cozinha Comunitária, a instalação de um Chafariz, a celebração de um contrato para fornecimento de energia elétrica, a limpeza e requalificação do espaço público, no que se refere ao 2º Torrão esta situação ainda não se concretizou de todo. Ainda não temos um contrato para fornecimento de eletricidade, e limpeza e requalificação do espaço público está toda por se fazer, e de facto é um dado que é constatável para quem for lá. Ainda não se sabe quer de um território, que do outro quais em termos de perspetivas as pessoas vão ser realojadas, não vão ser realojadas, há uma grande indefinição e eu acho que esta Moção, e porque ela fala sobre intervenção cultural, tudo muito bem, agora no que refere às questões que aqui se dizem da qualidade de vida no que respeita ao 2º Torrão está tudo ainda por fazer. E é nesse sentido, Sr. Vereador peço imensa desculpa, mas em termos do 2º Torrão há alguma negociação com a Associação e com a EDP para a celebração de um contrato para fornecimento da luz? Em termos do território ainda não foi feita nenhuma limpeza ao território, a recolha do lixo é ainda de uma forma muito irregular, há uma série de



problemas que aquele território continua um pouco na mesma. E é nesse sentido, o Partido Socialista não pode de maneira nenhuma aprovar e vamo-nos abster no que respeita a esta Moção.”

7.10.4 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente quase todos os documentos que hoje temos aqui a apreciação, e eu vou referir-me aos três que nós não votaremos a favor e nos quais nos iremos abster.

O primeiro será o documento oito, apresentado pela CDU, a Moção-Deliberação Saudação ao Festival Sol da Caparica. Nós reconhecemos, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda reconhece naturalmente o direito inquestionável de cada Grupo Municipal apresentar as Moções neste período de antes da ordem do dia, e apresentar as Moções com o teor que entenderem, não deixamos de questionar o conteúdo das mesmas e percebemos o esforço que foi feito por parte do Grupo Municipal da CDU de, eu não queria utilizar expressões muito corriqueiras, mas aqui há uma espécie de “dourar da pílula” no que diz respeito ao Sol da Caparica e há coisas às quais nós não podemos fechar os olhos. O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias já referiu algumas, mas eu vou falar numa questão que para o Bloco de Esquerda tem sido fundamental desde o início e é o que nos leva a não votar favoravelmente esta Moção que é a continuação da utilização de trabalho voluntário no Festival Sol da Caparica. Nós não votaremos nenhuma Moção a favor referente ao Festival Sol da Caparica enquanto esta situação de desrespeito sobre os direitos laborais de quem presta ali o seu trabalho, quem empresta ali a sua força de trabalho e não vê reconhecido esse direito de ser remunerado e para nós é uma vergonha que o Município continue a insistir nesta lógica pervertendo aquilo que é o trabalho voluntário e deixando uma mácula muito grande, mais uma sobre este Festival.

O segundo documento em que nos absteremos é o documento dez, a Saudação à dinâmica das Áreas de Reabilitação Urbana. Nós reconhecemos a importância desta matéria mas não acompanhamos a necessidade de votar favoravelmente esta Saudação, esta Moção que no fundo é uma Saudação, quando no fundo se trata de reconhecer aquilo que é como uma competência, um dever da Câmara Municipal. E entendemos que apesar do esforço feito, as áreas reabilitadas correspondem grosso modo a zonas com alguma atratividade comercial e turística. Há outras zonas do território com carências prementes de reabilitação e o Bloco de Esquerda acompanhará sempre nesta matéria tudo o que for feito nesse sentido.

A terceira Moção é do documento doze, a Moção-Deliberação Promover a Coesão Social pela Intervenção Cultural. Eu vou roubar uma expressão ao Sr. Presidente da Câmara que utilizou por estes dias referindo-se ao Arco Ribeirinho Sul como o paracetamol do Concelho. O terceiro parágrafo desta Moção que diz “A instalação de uma cozinha comunitária e o fornecimento de água através de um chafariz de acesso público, nas Terras da Costa, ou a celebração de um contrato que garante abastecimento de energia elétrica no 2º Torrão, são, entre outras ações levadas a cabo em articulação e cooperação com as respetivas Associações de Moradores que constituem exemplos do esforço municipal emprestado a esta área de atividade específica”. Nós percebemos isto e estivemos no terreno



e temos estado no terreno a acompanhar todas estas situações, agora isto sim, isto é paracetamol. Isto não cura a doença, alivia as dores, atenua uma situação que precisa de um remédio radical. E o remédio radical é dar àquelas pessoas condições de vida que não são neste momento dignas do século em que vivemos, dos tempos em que vivemos. É preciso de facto olhar para aquelas regiões, olhar para o 2º Torrão, olhar para as Terras da Costa, olhar para outros territórios do Concelho e encará-los como urgências, independentemente do círculo político, do círculo eleitoral que atravessamos. Isto para nós é um ponto de honra. A vida das pessoas não é compaginável com ciclos políticos, com ciclos eleitorais e portanto nós temos que resolver os problemas que existem naquele terreno e acompanhamos tudo o que tem sido feito nesse sentido, mas entendemos que não é de todo suficiente e nestes quatro anos o que foi feito foi bom, mas foi pouco, queremos mais.”

7.10.5 – A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Alguns comentários da nossa parte, necessariamente breves. Ficámos a saber as opiniões dos diversos Grupos Municipais, seguramente não é por haver eleições que nós metemos aqui saudações ou reconhecimento do trabalho, porque isso foi uma prática nossa ao longo do mandato, já reconheço que é por causa das eleições que alguns comentários perfeitamente desajustados que se fazem aqui sobre a realidade do trabalho da Autarquia desenvolvido nestes quatro anos.

Eu creio que o Sr. Deputado Nuno Matias, enfim, nós conhecemos a sua prática, a sua fluência na quantidade de palavras que transmite, mas disse uma coisa que estou de acordo, disse que nestes quatro anos últimos a vida em Almada pouco mudou. Pois foi Sr. Deputado, na vigência do seu Governo a vida em Almada mudou muito para pior. Na vigência do seu Governo e do CDS a Câmara teve que ter projetos e apoios e desenvolvimentos de situações que não são da sua competência mas não podia abandonar as populações. De facto Sr. Deputado, nos quatro anos do seu Governo os trabalhadores, os reformados, os jovens, as pessoas que ficaram sem casa e que a Câmara teve que acudir, minorou o efeito dessas pessoas. Minorou a desgraça que vocês fizeram no Concelho. E portanto, é natural que o Concelho vá mudando pouco a pouco, mas vai mudando para melhor. Não mudou muito, mas mudou o suficiente para hoje dizermos que ninguém ficou sem casa depois da aplicação do programa social, mudou o suficiente para se dizer que os territórios do 2º Torrão, das Terras da Costa, enfim não se puderam fazer ali aquilo que pretendemos fazer, não era total competência das Autarquias fazer aquilo que as pessoas têm direito a fazer, mas por amor de Deus, como é que é possível dizer que não se vota favoravelmente uma Moção que no fundo toda agente reconhece os passos positivos dados para minorar, e nós continuamos a falar de minorar os efeitos de uma degradação, de um território que não objetivamente da responsabilidade do Município.

Também muito rapidamente dizer que percebo abstenções, percebo isso tudo, estamos em campanha eleitoral e já sabemos que por aquilo que tem vindo a soar por aí, a Câmara, o Executivo da Câmara, aparentemente para estes Partidos, para estar forças políticas, é um inimigo a abater. Mas quero dizer ao Sr. Deputado do CDS, eu percebi que o Sr. Deputado é contra a continuação do Posto da GNR na



Trafaria. Mas é curioso que o seu colega que agora é Deputado, mas que foi Secretário de Estado da Administração Interna, e hoje é eleito pelo Distrito de Setúbal, que as deficiências e insuficiências das Forças de Segurança e onde, e até retiraram do Orçamento de Estado a construção do Posto no PIA. Portanto, não vamos falar de autarquias quando quem no Poder Central votou contra, deliberou contra e continua a achar que isto afinal de contas, as Câmaras que resolvam porque o Estado, o tal Estado que não cumpre, não cumpriu os seus deveres principais que é dotar as populações de meios de segurança. Por outro lado é espantoso que quem faz o Relatório dos aspetos sobre a segurança no Concelho de Almada, que são o Ministério Público, Polícias, enfim, todo um conjunto de entidades falaram mentira, afinal Almada não é segura. A demagogia tem limites e nós consideramos que estes comentários para justificar votações, Srs. Deputados não temos condições de retorquir mais, de esclarecer mais, porque não é por falta de esclarecimento, é nitidamente demagogia.”

7.10.6 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Antes do mais dirigia uma solicitação ao Sr. Presidente no sentido de me avisar quando faltarem cinco minutos para acabar o tempo que o Partido Socialista tem direito, uma vez que como já sinalizei gostaria de reservar uma parte do tempo para uma declaração política no final.

Relativamente às Moções que estamos a apreciar, vou-me referir apenas a algumas delas, algumas que justificam um esclarecimento da parte do Partido Socialista e fá-lo-ei por ordem.

Documento número seis, Moção-Deliberação Solidariedade com as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários. Obviamente que não pode estar em causa a solidariedade do Partido Socialista relativamente aos Bombeiros, é matéria que não pode ser questionada e valorizando esse facto, apesar das reservas que temos relativamente ao texto da Moção, nós votá-la-emos favoravelmente nalguns dos seus pontos. No entanto, há um ponto relativamente ao qual o PS não pode votar a favor, que é o primeiro. Diz o primeiro ponto que “a Assembleia Municipal solidariza-se com a posição da Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal exigindo ao Governo da República que proceda à urgente e célere correção dos montantes de financiamento”. Ora esta correção já foi feita. É absolutamente descabido que tendo sido feita a correção se mantenha a exigência dessa ação e portanto o que solicito ao Sr. Presidente, que quando chegarmos à votação desta Moção se votem de forma separada o primeiro ponto e os outros dois para que nós possamos votar contra o primeiro ponto.

Documento número oito, Sol da Caparica. Nós saudamos vivamente também a realização do Festival Sol da Caparica, este projeto é um projeto muito caro para o Partido Socialista, o Partido Socialista inscreveu de forma muito assertiva e sublinhada no seu programa eleitoral de 2009 e quando a CDU avançou com a proposta, a CDU e a Câmara Municipal em 2014, nós frisámo-lo e associámo-nos à iniciativa. Achamos que é uma peça importante numa estratégia no desenvolvimento da Costa da Caparica que ainda não está cumprida. Há muitos aspetos dessa estratégia de desenvolvimento que ainda precisam de ser implementados e desenvolvidos, mas é um ponto positivo e com o voto favorável desta Moção nós assinalamos esse facto.



Documento número nove, AUGI. A CDU acha que a Câmara está de parabéns, que a CDU está de parabéns. Nós não achamos que a CDU e a Câmara estejam de parabéns com o trabalho desenvolvido no que diz respeito às Áreas Urbanas de Génese Ilegal. A Lei das AUGI existe desde 1995, tem vinte e dois anos e ao longo destes vinte e dois anos a Câmara Municipal conseguiu a proeza de ainda ter por regularizar cento e trinta e sete hectares correspondendo a um terço da área das AUGI. Achamos que por mais boa vontade que tenhamos não podemos considerar de sucesso este caso, portanto é um caso de insucesso, de demora, de frustração e votaremos contra esta Moção.

Documento número dez, sobre a Saudação à dinâmica das Áreas de Reabilitação Urbana. O normativo que dá origem às ARU é uma iniciativa de um Governo do Partido Socialista, achamos que é uma iniciativa muito positiva, muito favorável. Achamos que na atualidade a reabilitação urbana é uma peça fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para a reabilitação do espaço dos Concelhos e das Cidades e portanto entendemos que esta matéria deve ser sublinhada. É uma matéria positiva, embora convenha dizer que há muito por fazer em termos de reabilitação urbana, é preciso mais dinamismo, é preciso mais iniciativa e tencionamos contribuir para que no futuro isso aconteça.

Moção-Saudação à inauguração da nova sede social da Associação de Oficiais das Forças Armadas, na Trafaria, documento número catorze. Esta nova sede vai ser instalada provisoriamente na Garagem Piedense. A forma como a Garagem Piedense veio à posse da Câmara foi de facto de uma forma conturbada, há muito ainda por explicar e portanto nós não esperamos-nos associar a esta Moção e por isso via limpar todo um processo que foi inquinado, teve falta de transparência e que ainda está por esclarecer e portanto vamo-nos abster neste Moção também.

Finalmente uma nota relativamente ao documento apresentado pelo Bloco de Esquerda, documento número dezoito, sobre o PREVPAP O Plano de Regularização Extraordinário dos Vínculos Precários da Administração Pública, é uma iniciativa do Governo que obviamente merece o apoio empenhado e entusiástico da Bancada do Partido Socialista, e estamos de acordo com a generalidade do texto da Moção, nomeadamente com a parte deliberativa, no entanto existe uma referência com que não concordamos e que por uma questão também de honestidade intelectual achamos que devemos assinalar. Este processo de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública é um processo que se iniciou já há algum tempo, tem tido várias concretizações que aliás são referidas de forma correta na Moção, mas refere-se relativamente à Portaria número 150/2017 que é uma peça que revela uma diferença de tratamento entre os trabalhadores da Administração Central e da Administração Local e adjetiva como intolerável essa discriminação. Ora, esta Portaria é uma Portaria meramente instrumental e destina-se à implementação de uma metodologia que está neste momento em conclusão, termina no dia de amanhã, de levantamento das situações de vínculos precários por iniciativa dos próprios trabalhadores e depois análise desses requerimentos dos trabalhadores precários por Comissões bipartidas onde estão representantes da Administração e representantes dos Sindicatos. Todo este processo é um processo relativamente pesado e é um processo que muito dificilmente poderia ser diretamente transposto para as Autarquias, aliás as



Autarquias gozam de autonomia e faz sentido que sejam as Autarquias a decidir a metodologia, o procedimento adequado ao levantamento dos vínculos precários, sendo que a Lei que neste momento inicia o seu percurso na Assembleia da República poderá ser utilizada pelas Autarquias. Aliás, é o instrumento que as Autarquias vão utilizar para regularizar as suas situações de precariedade. Portanto o facto de a Portaria não prever a sua aplicação aos Municípios não põe em causa o objetivo que existe nesta Moção e que nós partilhamos e que os trabalhadores precários das Autarquias também venham a ser regularizados no âmbito deste processo e utilizando como instrumento de regularização a Lei que neste momento e amanhã penso eu, dará entrada na Assembleia da República. E portanto, nós pedimos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que vote em separado o antepenúltimo parágrafo.”

7.10.7 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Começaria pela questão da segurança. Nós sabemos todos como as pessoas são sensíveis à questão da segurança, os nossos Municípios e aqueles que nos querem visitar, aqueles que para cá querem viver e aqueles que cá querem investir. Portanto, quando a gente fala em segurança dentro desta casa devíamos ter a nossa maior responsabilidade sobre isto, porque não podemos estar a dizer queremos atrair investimento e ao mesmo tempo contra todas as evidências dizemos que somos um Concelho inseguro.

Eu pergunto qual é a vossa lealdade para com este Concelho e para com estes Municípios. Qual é a vossa lealdade e qual é o vosso interesse em promover o Concelho, quando contra toda a evidência que é das Forças de Segurança, todas as Forças de Segurança, como se verá no Relatório de Segurança, o PSD e CDS vêm dizer que o Concelho é inseguro e depois é preciso vir investimento, é preciso vir investidores. Desculpem, é este o sentimento? Se é um sentimento de insegurança que queremos promover junto das pessoas vocês não fazem melhor, de facto é espantoso que é substituir a realidade da insegurança pelo sentimento de insegurança, que qualquer primeira página de um jornal pode fazer, mas contra toda a evidência pretende-se dizer isto.

Tratemos das questões como devem ser tratadas e façamos surf na onda da insegurança e dos sentimentos de insegurança que hoje se procuram instaurar também no País a propósito das desgraças que vão acontecendo. Responsabilidade em relação às coisas e espírito de resolução dos problemas. O cavalgar na insegurança é péssimo, é promover a irracionalidade, os sentimentos mais primários. Não façam isso por favor. Não façam isso por favor, por respeito pelas pessoas e por não ser verdade.

Segunda questão, solidariedade e apoio aos mais carenciados. Tem-se feito tudo o que tem estado ao nosso alcance para procurar minorar. Somos sempre, conhecemos tudo, temos eficácia em todas as situações, vamos tão longe quanto era necessário? Não vamos. Todos conhecemos a dimensão dos problemas. A gente não pode ter uma posição quando está fora do Governo, depois quando entra para o Governo, depois sai do Governo e as posições vão mudando ao sabor da onda. Não acompanho isso, eu não acompanho isso e o coletivo que tenho na Câmara e com quem trabalho não acompanha essa forma de estar. Agora, o que é que nós podemos fazer para resolver os problemas que temos?



Podemos dizer se não tivesse havido aquela coisa do Terminal de Contentores da Trafaria havia aí um indivíduo que até queria fazer uns Planos de Pormenor e queria realojar as pessoas num determinado sítio que até se duvidava que fosse o melhor sítio. Mas o que é certo, é que não só se colocou a questão do Terminal de Contentores, como esse problema ainda continua a estar condicionado. Ainda lá está no POOC que amanhã virá aqui a discussão. E a gente diz assim, tratar do lixo e tratar das ruas e eletricidade e tal. Bem, mas nós tínhamos aqui a solução, a solução está encalacrada, desculpem o palavrão, está encalacrada. E é um problema que todos, a Câmara o Porto de Lisboa, a Administração do Porto, o Governo têm que se meter nisso para resolver o problema, porque o resto a gente pode voltar, tenho dito isso tantas vezes, se Alfama tem ruas estreitinhas a gente também pode ter umas ruas estreitinhas aqui no Bairro do Torrão, limpinhas e todas caiadinhas de branco, com raminhos e manjericos à janela. Pode ser perfeitamente uma coisa desta natureza e podemos sobreviver e as pessoas vivem lá dentro nessas condições. Mas não foi para esse modelo que temos estado a trabalhar durante muitos anos. Mas, se for necessário porque não há outra solução, que assim seja, façamos esse caminho. Mas temos que lhe dar a luz, mas para dar a luz é necessário que haja responsabilidades. Como é que a gente vai dar luz, como é que gente vai conseguir que o terreno seja limpo e seja tratado? Vai-se alcatroar, vai-se impermeabilizar ou não se pode impermeabilizar o chão? Vamos sair do discurso geral e vamos tratar do problema concreto, não está ninguém contra isso, estamos todos de acordo. Agora, como é que vamos fazer? Não vale a pena fazermos muita conversa sobre este assunto, sobre as generalidades.

Sol da Caparica. O Sol da Caparica surgiu numa circunstância especial, não estava no programa da CDU. Eu digo isso, não estamos a aldrabar ninguém, não estava, porque havia uma coisa chamada Polis. Primeiro questão. E o entendimento da CDU era que o Programa Polis haveria de evoluir e depois haveria os Festivais todos que a gente entendesse. Não foi assim. Não só o Polis naufragou, como também a areia da praia foi por aí fora, e era necessário fazer qualquer coisa. Estávamos em fevereiro de 2014, não tínhamos areia na praia, só tivemos areia a meados de agosto, como é que nós pomos a Costa da Caparica na primeira linha e afirmamos que a Costa da Caparica continua a ser um destino turístico? Vamos para o Festival. Para perder. Um Festival popular a quinze euros a entrada, trinta ou trinta e cinco euros, já não me lembro que eram os quatro dias, para promover a Costa da Caparica, é um investimento na Costa, é um investimento, foi sempre o que foi dito. Um milhão de euros. Estava lá o Sr. Ministro Moreira da Silva, penso eu, mas disse um milhão de euros para a Costa da Caparica. A Câmara disponibiliza essa verba. E é o que temos feito. O modelo esgotou? Há outra possibilidade fantástica, há aí não sei quantos indivíduos que querem fazer o Festival e que até vão fazer uns preços a quinze euros e vão buscar dinheiro não sei onde e fazem aquela coisa sem encargos. Não estamos fechados a que essa possibilidade se concretize, não sabemos se nós, se os outros depois das eleições que se seguem, mas essa questão qualquer pessoa com racionalidade pensa que pode ser. Mas até agora o que temos feito é seguir a dinâmica que tem vindo de trás e que tem dado resultado em termos da visibilidade e da promoção da Costa da Caparica, do Concelho de Almada. E é um investimento



como outro qualquer, que tem retorno naturalmente na promoção da atividade económica e da vida económica. É um retorno que vem para o cofre? Não sei, não fiz as contas. Se aumentar o IMI toda a gente se vai queixar, se aumentarem outras receitas vão dizer, com tantas receitas podíamos gastar o dinheiro aqui e ali e noutro lado tal, vamos ver. Até agora temos estado a utilizar recursos que temos para tentar conter os problemas sociais, responder a necessidades que são do interesse público e tentar no limite das nossas possibilidades alavancar a nossa economia.

Não misturem a AOFA àquelas questões da transparência e não sei quê. Se não querem a AOFA digam que não querem a AOFA. É desagradável, eles foram expulsos do Instituto das Forças Armadas de Oeiras e tinham que ir para qualquer lado e vieram para aqui, vieram ter connosco e foi a solução que se arranjou. Não é a solução definitiva, nunca foi dito que era a solução definitiva e foi sempre dito que a ideia em relação à aquisição daquele espaço era de qualificar a outra entrada ribeirinha do Concelho. Cacilhas, Trafaria depois de se ter transferido para a Trafaria os ferryboats que parece que agora felizmente, esperemos que sim, vai aparecer o dinheiro para que a Transtejo tenha os barcos a trabalhar. Esperemos que essa promessa se concretize, estamos empenhados nisso. Mas é uma entrada importante frente à outra zona monumental de Lisboa e com aquela acessibilidade e foi sempre esse o entendimento e com certeza com a reabilitação do espaço, há um programa do Portugal 2020 envolvendo aquelas coisas que se encontrará como foi dito ali o outro acolhimento.

Trabalhadores precários. Vamos lá ver se a gente se entende. Trabalhadores precários foi um problema que toda a gente sabe como surgiu e como se desenvolveu, mas agora não vamos falar do assunto, vamos falar da solução do problema. Nós temos estado do lado da solução. Agora, não temos nenhuma condição em nome da autonomia do Poder Local estar a fazer o levantamento das Freguesias, desculpem que vos diga, as Freguesias são tanto Autarquia como é a Câmara, nós não mandamos nas Freguesias, a Câmara não manda nas Freguesias. É preciso perceber o que é o Poder Local e a autonomia do Poder Local. Façam erros primários neste tipo de avaliações, quanto ao resto tudo bem, fazer um levantamento, resolver os problemas que haja e estamos perfeitamente à vontade, mas podíamos não estar em relação a essa matéria. Mas estamos à vontade em relação a esses assuntos.

Atração de investimento. O grande investimento que temos, todos os investimentos são importantes, todos. Mas eu penso que o Governo também já percebeu que o grande investimento tem a ver com a Margueira. O grande investimento que é de interesse nacional e em relação ao qual temos que mobilizar as energias, tem a ver com a Margueira, isso está reconhecido. Em determinada altura até se esqueceram de um Despacho na gaveta durante algum tempo e depois, agora diz-se, é pá o investimento e tal... Calma, estamos todos a trabalhar para o investimento, mas tem alguém dúvidas que a CDU ou quem quer que seja não está interessado no investimento? É uma coisa que nos dá a questão da atração do investimento? Não me parece que seja. Não podemos potenciar a nossa eficácia em relação à atração do investimento, é necessário lançar a desconfiança sobre o nosso empenhamento no investimento, ou é necessário juntar forças e energias para que ele de facto se



venha a concretizar nas melhores condições para o nosso Concelho, para a nossa região e para o nosso País.

A questão do paracetamol. Eu lamento dizer, mas com certeza vocês sabem o que é o Ben-u-ron, o paracetamol e ali a aplicação foi, o Arco Ribeirinho está para o Lisbon South Bay como está o paracetamol para o Ben-u-ron, foi só a comparação, é uma marca de um princípio ativo, vamos chamá-lo assim. O princípio ativo é o Arco Ribeirinho está lá sempre, a marca foi o Lisbon South Bay, porque se pensou e bem que era a melhor maneira de promover este território no Mercado Internacional e tem-se tido efeito positivo. E pensamos que aquilo que se tem estado a fazer e o empenho com que se tem estado a fazer e que é reconhecido pelas pessoas que lá estão, é preciso dizê-lo, porque não se trabalha com estes territórios com qualquer tipo de arrogância, temos que respeitar as pessoas que lá estão e aqueles que têm alguma coisa para dar, devem-no dar sem a pretensão de que aquelas pessoas que lá estão são manipuláveis. Não façam isso. As pessoas que lá estão merecem toda a dignidade, a gente não pode encher a boca de dignidade e depois tratarmos as pessoas como se elas pudessem ser qualquer coisa que a gente molda em função dos nossos interesses ou do nosso sentimento momentâneo.”

7.10.8 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara, como é evidente eu lamento que o Sr. Presidente tenha aqui adjetivado o CDS-PP e penso que também o PSD que foi aqui englobado na mesma adjetivação de que o CDS-PP fomenta em Almada e quer fomentar o sentimento de insegurança Sr. Presidente. Lamento, acho que foi excessivo nessa sua observação e acho que nem o CDS-PP que é bastante crítico com a Câmara Municipal teria essa, enfim...

Mas Sr. Presidente vamos lá ver o Sr. Presidente parece que não lê os jornais todos os dias, parece que não anda na rua, não anda nos transportes públicos, não é o CDS-PP que diz. O CDS-PP fala com as pessoas e as pessoas transmitem-nos essas informações, transmitem-nos algum sentimento de insegurança que existe e não é só pelas questões das Forças de Segurança, já aqui tive a oportunidade de dizer, é a falta de iluminação pública, é a degradação dos espaços públicos, é o desenho da própria Cidade, é a insegurança rodoviária que também tive oportunidade aqui de demonstrar. E depois o Sr. Presidente não quer que os almadenses tenham um sentimento de insegurança quando há poucos meses soubemos que a Esquadra da PSP de Almada tinha praticamente as suas viaturas obsoletas. Então isto não cria sentimento de insegurança nas pessoas, não cria? Pois, já lá vamos, aos dois anos e quatro anos que aqui são falados.

Foi aqui também dito que durante os anos do Governo do PSD e CDS-PP houve dificuldades em Almada e a Câmara de Almada teve que fazer muito esforço, não faz mais do que a sua obrigação. Sr. Presidente eu pergunto, e os outros trinta e seis anos onde é que estão? De quem é a culpa? A culpa é de quem? São só dos Governos? Eu acho que o Sr. Presidente ainda não percebeu que nós temos um Concelho que é riquíssimo, temos bons recursos, temos boas gentes, mas temos um Concelho



completamente subaproveitado. Nós estamos às portas de Lisboa, somos a outra margem do Rio Tejo, ainda não perceberam que temos um Concelho subaproveitado.

E só para terminar Sr. Presidente com a sua benevolência relativamente aqui à questão da GNR para que não fiquem dúvidas, o CDS-PP, e afirmo aqui perentoriamente é a favor da construção do novo posto da GNR no PIA, na localidade da Caparica e a favor do encerramento do posto da GNR na Trafaria. E eu não sou técnico de segurança, não sou profissional de segurança, mas aquilo que nós estamos aqui a apresentar é um sentimento e é aquilo que é dito aos operacionais, mas faz algum sentido que existam três postos de Forças de Segurança separados num curto espaço de território? Faz algum sentido a nível de operacionalidade? Todos nós gostaríamos de ter um Polícia a cada esquina, é verdade, agora isto não faz qualquer sentido.”

7.10.9 – O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu só não digo que a intervenção do Sr. Deputado José Joaquim Leitão nos confundiu, porque compreendemos o clima eleitoral em que vivemos e portanto entendemos a intervenção feita nesse domínio. Mas houve uma parte da intervenção dele que nos suscitou as mais sérias dúvidas, porque contradiz uma informação oficial do Sr. Secretário de Estado da Administração interna que nos foi enviada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal que por sua vez remeteu uma carta que foi dirigida pelo Sr. Chefe de Gabinete do Sr. Secretário de Estado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almada. Porque a Câmara Municipal de Almada aprovou uma Moção relativa à questão que os Bombeiros do Distrito de Setúbal colocaram e que nós aqui aprovamos hoje também, e diz o Chefe de Gabinete do Sr. Secretário de Estado às tantas nessa carte “qua a Lei tem um erro de base, porque a aplicação dos limites anuais, etc..” tem um erro de base, a Lei tem um erro de base, está cá escrito e assinado pelo Sr. Dr. Adelino Mendes. E diz mais o Sr. Chefe de Gabinete do Sr. Secretário de Estado, diz que “o Governo criou um Grupo de Trabalho com a participação da Liga dos Bombeiros Portugueses, que já está a trabalhar e que tem o mandato de apresentar até 30 de setembro de 2017 uma proposta de revisão da Lei do Financiamento.” Ora, a confusão está aqui, é que o Sr. Deputado José Joaquim Leitão garantiu-nos aqui que a alteração à Lei está feita. O Sr. Secretário de Estado parece que não conhece a informação que o Sr. Deputado aqui nos deu.”

7.10.10 – A Sr.^a Deputada Municipal Joana Mortágua (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Por razões de tempo eu não vou demorar em responder ao Sr. Deputado do PS relativamente à Moção que nós apresentámos de combate à precariedade nas Autarquias e no Poder Local, mas queria apenas dizer ao Sr. Presidente da Câmara que todos nós conhecemos e respeitamos a autonomia do Poder Local, inclusive o Governo. Isso não impediu que o Governo tivesse uma palavra a dizer sobre a forma como o combate à precariedade deve ser feita também no âmbito das Autarquias e do Poder Local. Da mesma maneira o Município ao abraçar no seu todo o desafio deste combate à precariedade tem que trabalhar em conjunto e a Câmara nomeadamente também tem que trabalhar em conjunto e de



fazer uma sensibilização para o combate à precariedade no conjunto do Município, sem que isso implique um desrespeito pela autonomia de cada órgão. E portanto, já que estamos de acordo sobre esta matéria e da importância desta matéria, acho que é mais importante focarmo-nos naquilo que estamos em acordo do que levantar divergências e sobretudo levantar a ideia de que há aqui algum Grupo Municipal que não respeita a autonomia do Poder Local.”

7.10.11 – A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não entendemos se a Sr.^a Deputada está de acordo em retirar da Moção a inclusão das Juntas de Freguesia.”

7.10.12 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Se me permitem, eu tenho ideia que será um erro grave se nós aprovarmos a Moção com a inclusão das Juntas de Freguesia, porque esta Assembleia Municipal tem todo o direito de exigir da Câmara Municipal que lhe apresente essa informação, mas estar-se a meter nas Juntas de Freguesia, independentemente dos Presidentes das Juntas aqui estarem representados, eu tenho muitíssimas dúvidas. Obriga Câmara Municipal para que faça um relatório conjunto ou uma informação conjunta, obrigando-a a exigir às Juntas de Freguesia. Não, não, muitas dúvidas porque a Câmara Municipal que não tem qualquer tutela relativamente aos demais órgãos autárquicos.”

7.10.13 – A Sr.^a Deputada Municipal Joana Mortágua (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, se entendermos isto não como um impulso político, mas como uma questão jurídica que tem quase como se fosse uma definição já jurídica daquilo que será feito, a proposta de alteração que eu proponho é que fique a parte deliberativa como “Recomendar à Câmara Municipal que proceda ao levantamento de todos os instrumentos de contratação utilizados pelo Município de Almada e pelas entidades compreendidas no respetivo sector empresarial local, identificando os vínculos existentes.”

Sr. Presidente parece-me que nós estamos aqui a prendermo-nos à meia note e meia por entendimentos jurídicos que estão ausentes de uma proposta política. Nesse sentido se é esse o impeditivo de nós aprovarmos a parte deliberativa, retiramos as Juntas de Freguesia e certamente vamos fazer aquilo que já tínhamos planeado fazer, que é apresentar as mesmas Moções nas respetivas Assembleias de Freguesia.”

7.11 – A Assembleia Municipal decidiu por unanimidade interromper o Período de Antes da Ordem do Dia para passar ao Período da Ordem do Dia, com a apreciação da Proposta da Câmara Municipal (ponto 3.10 da agenda) sobre as “Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016”. Mais deliberou passar os assuntos não concluídos no Período de Antes da Ordem do Dia de hoje para a reunião de amanhã dia 30 de junho de 2017.

8 – Entrou-se assim no Período da Ordem do dia com a apreciação da Proposta Nº 247/XI-4º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 21/06/2017, sobre as “Demonstrações



Financeiras Consolidadas 2016” e considerou a Certificação Legal das Contas, Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, **(Conforme Anexos XIII e XIV)**.

8.1 – Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

8.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O documento de consolidação referente às Contas Consolidadas acompanha aquilo que tem sido a nossa discussão e que esteve presente durante o debate e deliberação do Relatório de Contas do ano de 2016. E refletindo aquilo que está no âmbito da área das contas do Município, vai no mesmo sentido. Em termos globais traduzem também na opinião de quem as avaliou a solidez das contas municipais, refletindo no entanto em relação ao resultado líquido e como era expectável que ele diminuiu em 2016 6.5 milhões de euros, sendo que as disponibilidades reduziram em 6.6 milhões de euros e que o passivo se reduziu em 2,6 milhões de euros, resultado da diminuição de dívida a médio e longo prazo. Com este resultado líquido global traduz a decisão que tomámos de mobilizar os fundos do nosso saldo de gerência para o orçamento e portanto é o que as contas refletem nessa medida.

A receita não acompanhou a despesa nesta justa medida e foi coberta pelo saldo de gerência dos anos anteriores. Era um saldo de gerência de 32 milhões de euros, se não estou em erro e depois ficou nos 27 milhões no caso da Câmara Municipal, e que depois acompanha o resto do universo no mesmo sentido. Mas é qualquer coisa que previmos e que de acordo também com declarações dos Srs. Deputados, mesmo quando são críticas no sentido da mobilização do saldo de gerência para responder a necessidades do Município e não traduzimos a ideia de o Município tem dinheiro e não resolve problemas, foi essa a decisão que foi tomada e que é uma posição que pensamos que nesse aspeto também comum, até porque em relação ao essencial os rácios de endividamento são relativamente baixos e a solvabilidade boa, evidencia-se uma autonomia financeira de 80% que é ótimo.”

8.2 – Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta da Câmara Municipal Nº 247/XI-4º, que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), um voto contra (de eleito do CDS-PP) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE e Ind.), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando que se encontram encerrados e aprovados os documentos de prestação de contas de cada uma das entidades do grupo municipal Almada referentes ao exercício de 2016, a Câmara Municipal através da sua proposta referenciada com o nº 555/2017, submete à Assembleia Municipal as Contas Consolidadas do Grupo Autárquico referentes ao exercício de 2016.



Apreciação que teve também em consideração a Certificação Legal de Contas Consolidadas do ano terminado em 31 de dezembro de 2016, da responsabilidade da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA – Mazars & Associados.

Grupo Autárquico composto pelo Município de Almada (MA), Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS), Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada (ECALMA), Agência Municipal de Energia de Almada (AGENEAL), Agência de Desenvolvimento Local – ARRIBATEJO e Agência de Desenvolvimento Local – NOVALMADAVELHA.

Considerando que estão cumpridas as determinações da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e a Portaria nº 474/2010, de 15 de junho.

Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do artigo 76º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e da alínea I), nº 2, do artigo 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Documento de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico Almada referente ao exercício do ano de 2016, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de junho de 2017.

9 – Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião amanhã, dia 30 de junho de 2017.

10 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves; Maria Amélia de Jesus Pardal; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Francisco António Fernandes Navarro e Francisca Luís Baptista Parreira.

11 - Foi verificada a presença na Reunião de Juristas de apoio à Presidência da Câmara Municipal, e do Jornalista Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA e TV Almada, e de trinta e seis Srs. Munícipes.

12 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

13 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H44 do dia 30 de junho de 2017.

14 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____